

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Departamento de História

Murilo Erpen Zardo

OPERAÇÃO FARROUPILHA:
A TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL PARA PASSO FUNDO DURANTE OS
DIAS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Porto Alegre

2010

Murilo Erpen Zardo

OPERAÇÃO FARROUPILHA:
A TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO ESTADUAL DO RIO
GRANDE DO SUL PARA PASSO FUNDO DURANTE OS
DIAS DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

Monografia apresentada ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação do Prof. René Ernaini Gertz.

Porto Alegre

2010

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que tiveram seus direitos políticos cassados, foram exonerados, exilados, presos, torturados ou mortos pela brutal e retrógrada ditadura civil-militar implantada no Brasil pelo golpe de 1964.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do presente trabalho de conclusão de curso jamais teria sido possível sem o apoio de pessoas próximas a mim que se fizeram presentes de forma muito positiva ao longo de todo seu processo de elaboração.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. René Ernaini Gertz, por haver prontamente aceito a tarefa de orientar este trabalho e ter sido um orientador que conseguiu, ao mesmo tempo, me tranquilizar em relação ao TCC e proporcionar, com seu vasto conhecimento da área de estudo aqui enfocada, um sólido subsídio para a pesquisa que originou esta monografia. Gostaria de agradecer também à Prof.^a Carla Simone Rodeghero e ao Prof. Adolar Koch, por aceitarem participar de minha banca de avaliação.

Também contam com meus sinceros agradecimentos os funcionários dos seguintes arquivos e institutos de preservação memorialística de Passo Fundo e Porto Alegre, que se dispuseram, sempre de maneira muito atenciosa, a me auxiliar em minha pesquisa: Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo, Núcleo de Documentos da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo do Jornal *Zero Hora* e Museu da Brigada Militar.

Não poderia também deixar de lembrar aqui de meus bons amigos historiadores, Prof.^a Cláudia Porcellis Aristimunha e Prof. Carlos Renato Hees, os quais me ajudaram de forma imensurável no momento mais delicado da preparação deste trabalho: a delimitação do problema de pesquisa. Aos dois, meus profundos e sinceros agradecimentos.

Por fim, gostaria de deixar aqui registrada minha gratidão para com os amigos e as amigas que me tiraram um pouco da frente do computador para dar uma “esfriada” na cabeça, e, sobretudo, com minha família, que teve de suportar meu mau-humor e minha longa ausência de casa na etapa final da confecção deste trabalho, e me proporcionou toda a base afetiva de que eu tanto precisei ao longo deste último ano de faculdade e, inclusive, de toda minha trajetória acadêmica até agora. Gelci, Antonio Carlos e Camila: obrigado por tudo!

RESUMO

O objeto de estudo deste trabalho é a transferência temporária da sede do governo estadual do Rio Grande do Sul, do Palácio Piratini, em Porto Alegre, para o quartel do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar (2º BPM), em Passo Fundo, cidade localizada na região norte deste estado, entre os dias 1º e 3 de abril de 1964, momento em que o Brasil passava por uma grave crise político-militar ocasionada pela perpetração, por parte dos setores civis e militares politicamente conservadores do país, do golpe de Estado que derrubou o governo do presidente João Goulart, instaurando no país uma ditadura que se prolongaria até meados da década de 80. O objetivo aqui pretendido foi demonstrar que esta fuga do então governador Ildo Meneghetti para o interior do estado, levada a cabo de acordo com um plano pré-estabelecido denominado “Operação Farroupilha”, teve íntima relação com a correlação de forças político-partidárias vigente em nível estadual naquele momento, a qual estava marcada por uma forte polarização entre as forças progressistas, aglomeradas em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os setores liberais-conservadores, reunidos na Ação Democrática Popular (ADP), coligação que envolvia todos os partidos antitrabalhistas presentes no estado, e encabeçada pelo Partido Social Democrático (PSD) do governador Meneghetti. Através de uma consulta preliminar à bibliografia pertinente ao tema e a fontes históricas relacionadas ao fato estudado, tais como jornais, revistas e documentos oficiais executivos e legislativos, foi possível concluir que a grande força política com que contava o PTB na cidade de Porto Alegre obrigou o governo estadual antitrabalhistas a se refugiar no interior do estado, para coordenar uma ação militar de apoio ao golpe e contra qualquer possibilidade de resistência dos partidários de João Goulart na capital estadual do Rio Grande do Sul, encontrando um firme ponto de apoio no município de Passo Fundo, cuja prefeitura estava nas mãos de uma dissidência do PTB, o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), em coalizão com todos os partidos que compunham a ADP estadual, e que contava com um grande contingente da Brigada Militar, força policial estadual que se mantinha fiel ao governador golpista.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Ildo Meneghetti. Operação Farroupilha. Partidos políticos brasileiros. Trabalhismo.

ABSTRACT

The object of study of this work is the temporary transference of the state government headquarters of Rio Grande do Sul, from the Piratini Palace, in Porto Alegre, to the 2nd Police Battalion of the Military Police (2^o BPM) barracks, in Passo Fundo, a city located in the northern region of this state, between April 1st and 3rd, 1964. Brazil was undergoing a severe political and military crisis occasioned by a coup d'état, executed by the politically conservative civilian and military sectors of the country, that overthrew President João Goulart's government and implemented a dictatorship that lasted until the mid-80's. The goal here intended was to demonstrate that this leak of then-Governor Ildo Meneghetti within the state was carried out in accordance with a pre-established plan called "Operation Farroupilha", and had a close relationship with the state prevailing political-party balance of forces at that time. It was marked by a strong polarization between the progressive forces clustered around the Brazilian Labor Party (PTB), and the liberal-conservative sectors gathered at the Popular Democratic Action (ADP), a coalition involving all anti-labor parties present in the state and headed by the Social Democratic Party (PSD) of the Governor Meneghetti. Pertinent literature and historical sources related to the fact studied, such as newspapers, magazines and official executive and legislative documents, were initially consulted. It was concluded that the major political force that PTB had in Porto Alegre made the anti-labor state government take refuge within the state in order to coordinate a military action in support of the coup and against any possibility of resistance by supporters of João Goulart in the state capital of Rio Grande do Sul. The government found a firm foothold in the city of Passo Fundo, where the city hall was in the hands of a dissident faction of the PTB, the Labor Renewal Movement (MTR). There, they were in coalition with all the parties that made up the state ADP, and counted on a large contingent of the Military Police, a state police force that remained loyal to the conservative Governor.

Key words: Brazilian coup of 1964. Rio Grande do Sul. Passo Fundo. Ildo Meneghetti. Operation Farroupilha. Brazilian political parties. Brazilian labor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I/20° RC: 1° Esquadrão do 20° Regimento de Cavalaria do III Exército

2° BPM: 2° Batalhão Policial da Brigada Militar

3ª DI / 6ª DI: 3ª / 6ª Divisão de Infantaria do III Exército

ADP: Ação Democrática Popular

AIB: Ação Integralista Brasileira

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

ARS: Aliança Republicano-Socialista

CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CPP: Coligação Popular Passo-Fundense

DAER: Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

MASTER: Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MTR: Movimento Trabalhista Renovador

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PDC: Partido Democrata Cristão

PL: Partido Libertador

PR: Partido Republicano

PRL: Partido Republicano Liberal

PRP: Partido de Representação Popular

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PSDA: Partido Social Democrático Autonomista

PSP: Partido Social Progressista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PTN: Partido Trabalhista Nacional

SUPRA: Superintendência de Política Agrária

UDN: União Democrática Nacional

USB: União Social Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	A SITUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1964.....	19
2.1	Os partidos nacionais no cenário político gaúcho às vésperas do golpe civil-militar	19
2.1.1	A situação estadual: a Ação Democrática Popular (ADP) e o Partido Social Progressista (PSP).....	19
2.1.2	A oposição estadual: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Aliança Republicano-Socialista (ARS).....	24
2.1.3	O papel assumido pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	27
2.2	As particularidades do contexto político-partidário em Passo Fundo.....	31
3	O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO SUL: DA CONSPIRAÇÃO À “OPERAÇÃO FARROUPILHA”	35
3.1	A conspiração golpista no Rio Grande do Sul.....	36
3.1.1	A formulação da “Operação Farroupilha”	38
3.1.2	O governo Meneghetti e a conspiração dos governadores	39
3.2	O golpe e a “Operação Farroupilha” em ação	41
3.2.1	O golpe no Rio Grande do Sul.....	42
3.2.2	A escolha de Passo Fundo para “Capital da Liberdade”	46
3.2.3	A fuga para Passo Fundo e o estabelecimento temporário do governo estadual no quartel do 2º BPM.....	49
3.2.4	A vitória do golpe no Rio Grande do Sul e o retorno de Meneghetti a Porto Alegre	54
4	CONCLUSÃO	56
	FONTES	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

Há um episódio bastante peculiar de nossa história política recente que geralmente não se encontra documentado nos livros de História do Rio Grande do Sul (com a notável exceção dos trabalhos de Fábio Kühn,¹ Arthur Ferreira Filho² e Moacyr Flores³). Trata-se da retirada do governador Ildo Meneghetti e de outros importantes membros do executivo estadual para a cidade de Passo Fundo, na região norte do estado, a 1º de abril de 1964. Esta ação foi tomada no momento em que o Brasil inteiro e, especialmente, a capital estadual, Porto Alegre, estavam passando pelo ápice da turbulência causada pela crise política nacional que marcou a derrubada do presidente João Goulart. Efetuada por um movimento civil-militar de caráter reacionário, o golpe de 1964 instauraria em nosso país uma ditadura que se manteria no poder por mais de 20 anos.

Ildo Meneghetti permaneceu governando provisoriamente a partir da sede do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, em Passo Fundo, até o dia 3 de abril, quando, consolidado nacionalmente o novo poder golpista e acalmados os ânimos em Porto Alegre, com a fuga de João Goulart para o Uruguai, o temporário desaparecimento do deputado federal e líder trabalhista Leonel Brizola (que depois reapareceria em Montevideú) e a prisão do então prefeito da capital estadual, o também trabalhista Sereno Chaise, decidiu que era chegado o momento de restabelecer seu governo em sua sede original – o Palácio Piratini.

Portanto, durante quase três dias completos, o núcleo do governo estadual gaúcho esteve localizado, de maneira improvisada, em uma cidade do interior do estado. Isto pode ser afirmado pelo motivo de que o governador foi para Passo Fundo acompanhado de importantes membros de sua administração, como, por exemplo, o chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, e o secretário da Fazenda, José Antônio Aranha. Estes, ao chegarem àquela cidade, foram calorosamente recebidos pelo prefeito municipal, Mário Menegaz, e pelos comandantes das guarnições locais da Brigada Militar, o Major Victor Hugo Martins, do 2º Batalhão Policial (2º BPM), e do III Exército, o Capitão Grey Belles, do 1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria (I/20º RC).

¹ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

² FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503 – 1974*. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

³ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

É importante ressaltar que esta fuga do governador para Passo Fundo não foi uma ação espontânea e imprevista, mas tratou-se, na verdade, da colocação em prática de um plano traçado há tempos pela cúpula da administração estadual, em associação com alguns militares do III Exército, denominado “Operação Farroupilha”, o qual tinha como objetivo combater, em solo gaúcho, qualquer tentativa de golpe por parte de Jango e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para estabelecer no país uma “ditadura comunista”, cujo perigo era largamente propagandeado pelos setores liberais-conservadores brasileiros. Esta operação foi acionada pelo governador no dia 1º de abril de 1964, diante do quadro de incerteza causado pela possível ida, a Porto Alegre, do presidente Goulart (que seria concretizada no dia seguinte), e pela chegada, a esta mesma capital, do novo comandante do III Exército, o General Ladário Pereira Telles, um dos poucos comandantes militares no país que tentou resistir ao golpe.

A presença destas figuras na capital gaúcha, somadas a de outras lideranças trabalhistas como Leonel Brizola e Sereno Chaise e à grande capacidade de mobilização popular do PTB nesta cidade, causou grande insegurança dentro do Palácio Piratini, ocupado, desde o início de 1963, por um governo originado de uma coalizão eleitoral antitrabalhista, a Ação Democrática Popular (ADP), encabeçado por um importante dirigente regional do Partido Social Democrático (PSD) e, sobretudo, envolvido até a medula com a conspiração que deu origem ao golpe civil-militar que estava sendo desencadeado. Portanto, ironicamente, a “Operação Farroupilha” acabou por ser posta em ação não para evitar um golpe continuísta a favor de Jango e do PTB, como estaria previsto, mas para auxiliar na execução de outro – no caso, com o objetivo de derrubar o governo do presidente da República.

A partir deste recorte temático, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: De que modo a correlação de forças político-partidárias do Rio Grande do Sul, no momento do golpe de 1964, influenciou a decisão do governador Ildo Meneghetti de abandonar a capital estadual, junto à cúpula de seu governo, rumo à cidade de Passo Fundo? Tal questão introduz a possibilidade de se analisar, para além das meras explicações circunstanciais dadas pelas figuras políticas envolvidas no fato, o referido acontecimento à luz da distribuição efetiva do poder no estado entre as diferentes máquinas partidárias presentes na vida pública rio-grandense e do conflito existente entre as forças que, no momento histórico estudado, dividiram-se entre legalistas (PTB e demais grupos progressistas) e golpistas (PSD e restante das agremiações políticas do campo conservador).

Esta monografia tem por meta apresentar um trabalho que forneça uma melhor compreensão acerca deste acontecimento ímpar da história política de nosso estado, tendo em vista que o mesmo, apesar de sua unicidade, sequer é citado na maioria dos livros de História do Rio Grande do Sul (novamente ressaltando-se a exceção dos trabalhos de Kühn, Ferreira Filho e Flores) e dos estudos específicos sobre o golpe civil-militar de 1964 (salvo a obra de Hélio Silva⁴ e o artigo de Daniel Caon Alves na compilação organizada por Cláudia Wasserman e Cesar Guazzelli⁵), rendendo, quando muito, não mais que algumas linhas ou uns poucos parágrafos.

Nesse sentido, este trabalho tem em vista auxiliar no preenchimento desta lacuna na historiografia sobre o golpe de 1964 no Rio Grande do Sul, levando em consideração a singularidade do acontecimento que se pretende estudar, o qual não teve paralelo no restante do Brasil durante o golpe, sendo, assim, indicador da existência de uma situação política diferenciada em nosso estado naquele momento. Dessa forma, uma análise histórica aprofundada deste evento único pode acrescentar muito na compreensão do lugar ocupado pelo Rio Grande do Sul no processo de âmbito nacional que culminou com o referido golpe de Estado e das peculiaridades do comportamento político regional que o golpismo assumiu em nossas terras.

Em uma prévia revisão bibliográfica, constatou-se que o golpe civil-militar de 1964 é objeto de inúmeros trabalhos historiográficos no Brasil. Pela pertinência à temática do presente estudo, será ressaltada a obra de Hélio Silva, *1964: Golpe ou contragolpe?*, único trabalho encontrado que trata do golpe em âmbito nacional a citar a fuga do governador Meneghetti para Passo Fundo, no derradeiro capítulo “A Revolução no Rio Grande do Sul”.⁶ Sendo um trabalho mais antigo, volta-se bastante para uma proposta historiográfica tradicional, enfocando a narrativa dos fatos e o estabelecimento de uma “verdade histórica dos acontecimentos que motivaram o 31 de março de 1964”.⁷ Nesse sentido, ao tratar do golpe no Rio Grande do Sul e da fuga de Meneghetti, o autor concentra-se na enumeração dos acontecimentos e na apresentação de dois documentos históricos, o manifesto de apoio ao golpe do governador gaúcho e um depoimento do Gen. Ladário Pereira Telles, comandante do III Exército nos dias da crise, relatando suas ações frente ao golpe.

⁴ SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

⁵ ALVES, Daniel C. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Orgs.) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 137-152.

⁶ SILVA, op. cit., p. 430-446.

⁷ Ibid., p. 2.

Mais interessante para os propósitos aqui discutidos é a análise feita por Alves em seu artigo “O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul”,⁸ que é um trabalho bem mais recente e demarca uma abordagem regional, ao enfatizar o golpe em nosso estado. Aqui, o autor dá um tratamento historiográfico mais problematizado ao tema, buscando relacionar os acontecimentos de março/abril de 1964 no estado (incluindo-se aí a transferência do governo estadual para Passo Fundo) com a realidade política, econômica e social do Rio Grande do Sul, além de tecer uma combinação mais aprofundada entre o golpismo regional e o nacional.

Entre as obras de História Geral do Rio Grande do Sul já citadas anteriormente, destaca-se, pelo tratamento dado à temática aqui trabalhada e pela curta, porém completa, apresentação da trajetória dos partidos políticos gaúchos no período anterior à ditadura, a *Breve História do Rio Grande do Sul* de Fábio Kühn.⁹ Quanto às obras que tratam da história de Passo Fundo, cabe aqui ressaltar o artigo de Sandra Mara Benvegnú, “O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo no pós-1945”, localizado no trabalho histórico sobre o citado município compilado por Alessandro Batistella.¹⁰ Neste artigo, a autora realiza uma rica apuração sobre a formação dos partidos políticos em Passo Fundo, desde o fim do Estado Novo (1937-1945) até o golpe de 1964, problematizando as disputas entre a elite local em relação às organizações e cisões partidárias, conferindo destaque à longa hegemonia do PTB nessa cidade, somente encerrada com a perda de importantes figuras suas para o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e, logo após, para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) de Fernando Ferrari, em 1958.¹¹ Benvegnú confere especial atenção à crescente polarização entre o PTB e as forças antipetebistas na localidade (que incluíam inclusive o MTR, partido a que pertencia o prefeito Mário Menegaz) na véspera da ruptura institucional de 1964, apontando a existência de uma firme aliança entre estas e a ADP estadual de Ildo Meneghetti, o que teria contribuído para o acolhimento do governador em Passo Fundo no momento do golpe.¹²

Outro trabalho que aborda especificamente a cidade de Passo Fundo em relação ao golpe e à ditadura é *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*, do radialista e historiador passo-fundense José Ernani de Almeida.¹³ A obra de

⁸ ALVES, op. cit.

⁹ KÜHN, op. cit.

¹⁰ BENVENÚ, Sandra M. O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo no pós-1945. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 1. p. 277-296.

¹¹ *Ibid.*, p. 291.

¹² *Ibid.*, p. 291-293.

¹³ ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

Almeida volta-se ao desenho de um paralelo entre as disputas políticas locais e a perseguição e repressão governamental na cidade aos jornais, às emissoras de rádio e a seus comunicadores. A parte que aqui interessa, referente ao golpe e à breve presença de Meneghetti no município em 1964, está presente no primeiro capítulo, “O Golpe de 1964: conjuntura e implantação”,¹⁴ no qual o autor destaca os posicionamentos políticos dos dois jornais locais (*O Nacional* e *Diário da Manhã*) às vésperas do estopim do movimento armado, e enumera os fatos referentes à transformação da cidade em sede provisória do governo gaúcho, cometendo a imprecisão de aumentar a duração deste processo para seis dias,¹⁵ quando na verdade o mesmo não chegou a três. Embora aprofunde muito menos a temática aqui destacada do que a reflexão de Benvegnú, a menção a este trabalho merece constar nesta introdução devido à sua singularidade enquanto único esforço historiográfico que resultou em livro sobre a implantação e o desenvolvimento da ditadura civil-militar brasileira em Passo Fundo.

Por último, mas não com menor importância, estão aqui elencadas duas obras que tratam com maior atenção a conjuntura político-partidária estadual da época. A primeira delas é *Política Gaúcha: 1930-1964*, de Carlos E. Cortés,¹⁶ trabalho dedicado a analisar as especificidades da política no Rio Grande do Sul desde a Revolução de 30 ao golpe de 64 e que realiza uma análise bastante minuciosa sobre os efeitos da mesma na política nacional e vice-versa, possibilitando uma boa compreensão do tipo de comportamento político regional dominante no momento. A segunda é o livro originado da tese de doutorado de Mercedes Cánepa, *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*.¹⁷ Este é voltado a um estudo de profundidade sobre os partidos políticos gaúchos no período democrático assinalado, a partir da análise da presença e do desempenho de cada um deles e de suas respectivas lideranças nas eleições executivas e legislativas em âmbito federal, estadual e municipal, e nos governos e legislaturas originadas pelos resultados destas. Para tanto, a autora lança mão de conceitos e questões caras à Ciência Política, o que torna seu trabalho um rico ponto de apoio para o estudo do quadro político-partidário estadual deste período.

¹⁴ Ibid., p. 39-80.

¹⁵ Ibid., p. 67.

¹⁶ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha: 1930 – 1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

¹⁷ CÁNEPA, Mercedes M. L. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

Tendo em vista o caráter recente do conjunto de estudos acima apresentado (todos produzidos na década de 2000, com exceção da obra de Silva,¹⁸ datada de 1975), o presente trabalho buscará o estabelecimento de um diálogo com estes a partir de um aprofundamento analítico do evento da retirada do governador para a cidade de Passo Fundo, lançando mão de alguns conceitos e referenciais teóricos em comum com os mesmos, visando a dar continuidade a esta atual preocupação da historiografia gaúcha com o estudo da especificidade da situação político-partidária e do golpe no Rio Grande do Sul em 1964.

Portanto, os objetivos gerais estabelecidos para este trabalho são: colaborar para o esforço historiográfico, atuante desde o fim da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), de investigação sobre como se deu o fenômeno do golpe de 1964 no Brasil e em suas diferentes regiões; e apresentar um estudo que venha a acrescentar novos dados e interpretações sobre a ruptura que marcou a transição entre o período dito “populista” (1945-1964) e o regime militar na História Política do Rio Grande do Sul. Para atingi-los, serão buscados os seguintes objetivos específicos: analisar, através da efetiva correlação de forças entre os diferentes partidos, os conflitos e as particularidades presentes no quadro político do Rio Grande do Sul na véspera do golpe; discutir, dando atenção às possibilidades de articulação presentes entre os diferentes níveis do poder institucional, o envolvimento do governo estadual com a conspiração nacional que planejava o golpe; refletir, a partir das categorias políticas de *hegemonia* e *golpe de Estado*, sobre as possíveis motivações, de ordem prática e político-partidária, que levaram o governador a deixar Porto Alegre e dirigir-se a Passo Fundo em 1º de abril de 1964; relacionar, nos marcos de uma discussão sobre a importância das bases de poder local para a política a nível estadual e nacional, as conjunturas políticas existentes nas duas cidades com a decisão do governador de retirar-se para o interior; ponderar sobre os efeitos que tal decisão pode ter desempenhado sobre a rápida supressão de qualquer possibilidade de resistência ao golpe no estado do Rio Grande do Sul; e problematizar de que forma este acontecimento revela as particularidades presentes nos métodos de condução política que tiveram os legalistas e, particularmente, os golpistas, da região e do resto do país, em relação ao nosso estado.

A presente monografia, pela definição de seu objeto de estudo, enquadra-se no campo da História Política, entendida aqui não como a superada prática da historiografia tradicional de narrar a História através dos feitos das grandes personalidades nos marcos do Estado, sem

¹⁸ SILVA, op. cit.

contextualizá-los com a sociedade e o mundo que as cerca. O modelo de História Política aqui pretendido corresponde ao defendido por René Rémond e pelos historiadores da chamada *Nova História Política*, entendida, por Maria Medianeira Padoin, “como a história das relações de poder”, que delimita como um de seus possíveis objetos de análise “as relações político-institucionais”.¹⁹ O âmbito político da realidade, que é o foco de estudo desta *Nova História Política*, e as espécies de relações de poder pertencentes a este são especificados por Rémond da seguinte forma:

A política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder. Mas não a qualquer poder! [...] Só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas. Na experiência histórica ocidental, ela se confunde com a nação e tem como instrumento e símbolo o Estado.²⁰

Este retorno de uma História Política renovada, que, conforme Maria Eurydice Ribeiro, “estuda uma política que não pretende ser a estrutura mais importante ou determinante”²¹ e, para Rémond, compreende o político como um domínio não-isolado e que precisa ser inscrito em uma perspectiva global,²² também trouxe de volta para o campo da História o estudo do *acontecimento*. Definido, por Jean Lacouture, ao mesmo tempo pela ruptura que marca na realidade e pelo conhecimento de que necessita no interior da sociedade onde se processa,²³ o evento particular, na visão de Jacques Julliard, não pode ser visto como autônomo nem como simples produto de seu contexto histórico, ou seja, há “uma dialética entre a estrutura e os acontecimentos”, sendo o acontecimento, além de reflexo, um gerador da realidade.²⁴ Logo, o historiador do acontecimento deve diferenciar-se do “imediatista” por um olhar que encare o evento particular como, concomitantemente, portador de um

¹⁹ PADOIN, Maria M. A “Nova História Política”. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 16, 1996, Curitiba, *Anais da XVI Reunião da SBPH*. Curitiba: SBPH, 1997. p. 60.

²⁰ RÉMOND, René. Do político. In: _____ (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. p. 444.

²¹ RIBEIRO, Maria Eurydice de B. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: SWAIN, Tania N. (Org.). *História no Plural*. Brasília: Editora UnB, 1994. p. 101.

²² RÉMOND, op. cit., p. 444-445.

²³ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 232.

²⁴ JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976. p. 188.

dinamismo próprio, que intervém na realidade, deixando nela sua marca, e ponto de convergência de processos históricos de ordem mais duradoura, podendo auxiliar na compreensão destes.²⁵ Este olhar foi almejado no estudo da transferência do governo de Ildo Meneghetti para Passo Fundo em abril de 1964, o qual foi estudado para se compreender a situação da conjuntura político-partidária estadual daquele momento e a efetivação do golpe no Rio Grande do Sul, bem como a sua influência sobre estas realidades de ordem maior no tempo e no espaço.

Como não poderia deixar de ser, a natureza social do poder político foi levada em conta, especialmente no que tange aos partidos, cuja correlação de forças entre aqueles presentes em nosso estado no instante do golpe de 1964 foi estudada para a redação deste trabalho. Estes serão vislumbrados através do tratamento teórico que lhes dá Serge Bernstein, que considera o partido como um “fenômeno histórico por definição”, elemento da sociedade que não é passível de ser estudado isoladamente e “está em condições de fornecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade”.²⁶ Portanto, será fundamental um olhar que privilegie a ação humana por trás dos partidos, colocados essencialmente como pontos de associação de indivíduos com aspirações e subjetividades próprias, mas com interesses políticos em comum.

Para um entendimento comparativo das distintas conjunturas políticas das cidades de Porto Alegre e Passo Fundo no momento do golpe, é oportuna uma discussão do conceito de *hegemonia*, entendido aqui, a partir das formulações de Antonio Gramsci apresentadas por Silvano Belligni,²⁷ como uma supremacia exercida, no caso, por um partido político ou por uma coligação partidária, com base na persuasão, na legitimação e no consenso mais que na coerção e no domínio.²⁸ A categoria *hegemonia*, nessa acepção, é útil para compreender, por exemplo, a força que tinha o PTB em Porto Alegre e, com menor intensidade, no próprio estado do Rio Grande do Sul em 1964, assim como a neutralização que esta sofreu pela ação dos partidos conservadores que articularam a operação de cunho militar que removeu para Passo Fundo a base do governo estadual, dando suporte regional ao golpe de Estado que se

²⁵ LACOUTURE, loc. cit.

²⁶ BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). op. cit. p. 71.

²⁷ Resolvi, aqui, não recorrer diretamente à formulação do conceito pelo próprio Gramsci em virtude da maior objetividade com que este é apresentado no verbete elaborado por Belligni no *Dicionário de Política*.

²⁸ BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. v. 1. p. 580.

processava em escala nacional e objetivando a construção de um domínio político não-hegemônico no estado, isto é, levado a cabo pela violência.

Seguindo esta colocação, um conceito de apropriação necessária frente ao problema de pesquisa proposto, que tem como pano de fundo o golpe civil-militar brasileiro de 1964 e como objeto uma ação localizada e eminentemente golpista de nosso governo estadual à época, é a própria idéia de *golpe de Estado*. A caracterização aqui utilizada para definir este fenômeno político é aquela formulada por Carlos Barbé, que o configura como “um ato realizado por órgãos do próprio Estado”,²⁹ efetuado de forma violenta e, na maior parte dos casos, pelas forças armadas ou, ao menos, com a sua cumplicidade, cujo resultado consiste “na simples mudança da liderança política”.³⁰ Tal delimitação conceitual é pertinente ao caso estudado, onde o governo estadual do Rio Grande do Sul foi encarado como um órgão do Estado que tomou parte, junto às forças armadas brasileiras, na investida violenta visando à substituição forçada do grupo político que comandava o governo nacional, através da transferência temporária de sua sede para o interior do estado, levada a cabo com o objetivo de se ter um ponto de apoio privilegiado para uma operação de guerra contra uma possível resistência armada dos legalistas a partir de Porto Alegre.

Na pesquisa que originou este trabalho, foram utilizadas, para a obtenção de informações sobre o acontecimento analisado e os posicionamentos políticos adotados por autoridades, partidos, órgãos de imprensa e organizações militares frente a este, dois tipos de fontes históricas: jornais e revistas da época e de momentos posteriores (porém contendo reportagens pertinentes ao acontecimento estudado) e documentos oficiais executivos e legislativos, tais como relatórios, atas de sessões, decretos e exemplares da correspondência oficial. Para a consulta a tal documentação, foi necessária uma busca nos seguintes arquivos e instituições de memória de Passo Fundo e Porto Alegre: Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, Arquivo da Câmara Municipal de Passo Fundo, Núcleo de Documentos da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, Arquivo do Jornal *Diário da Manhã*, Arquivo do 3º Regimento de Polícia Montada da Brigada Militar, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Biblioteca da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Arquivo do Jornal *Zero Hora*, Arquivo do Jornal *Correio do Povo*, Museu da Brigada Militar e Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.

²⁹ BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. op. cit. p. 545.

³⁰ Ibid., p. 547.

Foram estabelecidos, no tratamento com as fontes, os critérios apresentados por Carlos Bacellar³¹ e Jacques Le Goff³² naquilo que diz respeito ao cuidado com a contextualização dos documentos históricos, a partir da compreensão de que “documento algum é neutro”, ou seja, toda fonte sempre carrega consigo, além da subjetividade da pessoa ou organização que o elaborou,³³ as respectivas significações e visões de mundo da época que a circundava, sendo o documento histórico “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.³⁴ Portanto, foi um importante aspecto da metodologia analítica da documentação sobre o acontecimento estudado a criticidade quanto às motivações e aos objetivos do produtor original da fonte e a contextualização desta através da comparação das informações nela contidas com o conhecimento historiográfico sobre a época enfocada, proporcionado através do estudo da bibliografia sobre o tema. Especial cuidado neste sentido foi empreendido em relação às publicações da imprensa da época, as quais foram estudadas sob a luz das posições políticas de seus corpos editoriais, “aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos”, conforme ressalta Tania Regina de Luca.³⁵

Esta monografia está estruturada em dois capítulos. No primeiro deles, denominado “A situação político-partidária no Rio Grande do Sul em 1964”, serão apresentados os partidos nacionais presentes no cenário político gaúcho daquele momento, seus respectivos históricos no estado, as peculiaridades que podiam ser percebidas em suas representações regionais, as relações de aliança ou de adversidade entre estes e a importância política que cada um deles assumia em nosso estado. Além disso, será feita também uma comparação entre este panorama político estadual e o quadro político-partidário existente na cidade de Passo Fundo naquele mesmo período. No segundo capítulo, intitulado “O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à ‘Operação Farroupilha’”, o objeto de foco será a análise do desenvolvimento da conspiração golpista em nosso estado e sua relação com o governo de Ildo Meneghetti, os laços estabelecidos entre esta conspiração regional e os demais grupos de conspiradores amparados pelos governadores de outros estados da federação, a formulação do plano de fuga de Meneghetti para o interior do estado em caso de golpe, denominado

³¹ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-89.

³² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

³³ BACELLAR, op. cit., p. 63.

³⁴ LE GOFF, op. cit., p. 545.

³⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 140.

“Operação Farroupilha”, e todos os fatores que levaram à efetivação deste na prática, desde as motivações que levaram o governador a abandonar a capital do estado até as razões que colocaram a ele a cidade de Passo Fundo como melhor destino para a organização de uma base de apoio ao golpe no Rio Grande do Sul.

2 A SITUAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL EM 1964

2.1 Os partidos nacionais no cenário político gaúcho às vésperas do golpe civil-militar

Apesar de contar, em seu cenário político, exclusivamente com partidos de presença nacional, o Rio Grande do Sul, bem como qualquer um dos outros estados da federação, apresentava, no ano de 1964, certas particularidades naquilo que concerne aos posicionamentos políticos e à força destas agremiações em âmbito regional, bem como às alianças e rivalidades entre as mesmas. Por este motivo, antes de entrar em maiores detalhes sobre a conspiração que deu origem ao golpe civil-militar de 1964 e à formulação da “Operação Farroupilha” (o que será feito no capítulo 2 desta monografia), farei aqui uma breve exposição sobre a situação dos partidos políticos presentes no estado à época e suas respectivas políticas de alianças e peculiares expressões regionais no momento anterior à irrupção do movimento golpista de 31 de março daquele ano.

2.1.1 A situação estadual: a Ação Democrática Popular (ADP) e o Partido Social Progressista (PSP)

Ildo Meneghetti (do Partido Social Democrático – PSD) foi eleito em 1962, pela segunda vez, governador do estado do Rio Grande do Sul (já havia exercido o cargo durante um mandato, de 1955 a 1958³⁶), como o candidato de uma coligação denominada Ação Democrática Popular (ADP), composta, além do PSD de Meneghetti, pelos seguintes partidos: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). A coligação ainda recebeu o apoio formal do Partido Social Progressista (PSP), apesar deste, na prática, estar dividido no estado entre o apoio ao aliado do último pleito estadual (de 1958, que elegeu o

³⁶ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O Sistema Partidário: A Redemocratização (1945-1964). In: GERTZ, René (Dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos. 2007. v. 4. p. 63.

trabalhista Leonel Brizola como governador gaúcho), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e à aliança eleitoral liberal-conservadora de Meneghetti.³⁷

A ADP constituiu uma segunda reedição (porém ampliada, desta vez, pela participação do PRP e do PDC) da chamada “Frente Democrática” no estado, coligação de caráter antitrabalhista, originada, inicialmente, nas eleições municipais para a prefeitura de Porto Alegre, em 1951, e repetida nos pleitos estaduais de 1954 e 1958, formada pela UDN, pelo PL e pelo PSD, sempre capitaneada por um membro deste último partido como candidato a governador.³⁸ É curioso observar que o nome mais forte desta aliança, o PSD, estivesse, no âmbito estadual, desde 1946 (quando da eleição do primeiro governador pós-Estado Novo, o pessedista Walter Jobim, que governou até 1950) em trincheiras opostas ao PTB³⁹, o qual era, no quadro político nacional, seu principal aliado em praticamente todo o período “entreditaduras” de 1945-1964. Veremos, a seguir, as razões para tal particularidade do PSD gaúcho.

Nacionalmente, o PSD surge em 1945, da mesma forma que boa parte dos partidos que figuraram, até a decretação do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965 (quando a recém instituída ditadura militar extinguiu os partidos políticos vigentes⁴⁰), no espectro político deste período da história do Brasil republicano, com base no novo código eleitoral regulamentado pelo decreto-lei nº 7.856, de 28 de maio de 1945,⁴¹ também conhecido como Lei Agamenon (em alusão ao nome do ministro da Justiça à época). Segundo Miguel Bodea, “a grande inovação desta lei é de que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional”.⁴²

Constituído por Getúlio Vargas para se consolidar como um forte partido de sustentação oficial, o PSD é inicialmente integrado pela burocracia do Estado Novo e das interventorias estaduais características àquele regime, representando, novamente de acordo com Bodea, “uma tentativa de centralizar as forças oligárquicas locais fiéis a Vargas numa estrutura partidária que tivesse algumas tinturas reformistas e fosse fiel a um programa

³⁷ Ibid., p. 77.

³⁸ Ibid., p. 66-67, 70 e 73.

³⁹ Ibid., p. 64.

⁴⁰ KARNIKOWSKI, Romeu M. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. p. 83.

⁴¹ FLACH; CARDOSO, op. cit., p. 59.

⁴² BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 14.

nacionalista”.⁴³ No Rio Grande do Sul não foi diferente: o PSD gaúcho se estruturou em torno de nomes fortes da interventoria estadual nomeada por Getúlio, como Ernesto Dornelles (governador do estado e primo do presidente), Walter Jobim (secretário estadual de obras durante boa parte do período estadonovista) e Cylon Rosa (secretário estadual do Interior em 1944-45).⁴⁴

Contudo, iniciou-se, muito cedo, o processo de “desgetulização” do PSD gaúcho, a partir de confrontos entre Vargas e suas lideranças regionais, que levariam, em meio à campanha eleitoral estadual de 1946-47 (ocasião em que o ex-presidente havia formalizado apoio, primeiro, à candidatura pessedista de Walter Jobim, depois, também à trabalhista de Alberto Pasqualini, e, finalmente, apenas à deste último), à ruptura deste com o partido a nível regional e à sua integração definitiva ao PTB, partido organizado por Getúlio em todo o Brasil com vista a manter sua base de apoio entre os trabalhadores urbanos. Dessa forma, mesmo que nacionalmente Vargas buscasse evitar, até 1948, uma ruptura definitiva com o PSD, procurando preservar a aliança deste com o PTB na maior parte do país, seu desligamento da seção estadual do partido no Rio Grande do Sul levou ao êxodo, em direção ao PTB, dos quadros getulistas desta agremiação, precipitando “uma tendência que só bem mais tarde se manifestaria ao nível nacional”.⁴⁵

Portanto, a conhecida polarização entre PSD e PTB na política gaúcha dos anos da redemocratização (os quais se alternaram no governo do estado até o golpe de 1964) e a aliança permanente deste primeiro com as forças antigetulistas da UDN (desde 1950) e do PL (desde 1951, na já citada Frente Democrática), demonstram uma particularidade do cenário político rio-grandense frente à mais longa duração da predominância do getulismo no PSD no restante do país, bem como de sua aliança com o PTB. Tal união de longa data entre as elites estaduais originalmente favoráveis (PSD) e contrárias (UDN e PL) ao Estado Novo tornou o governo da ADP um espaço privilegiado, em 1963-64, para o alastramento, no Rio Grande do Sul, de uma conspiração golpista contra governo federal do PTB e suas bases populares de apoio.

Sobre as acima referidas elites anti-estadonovistas, elas encontraram, desde 1945, na UDN seu mais legítimo representante a nível nacional. No Rio Grande do Sul, esta foi organizada pelos chefes do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que haviam

⁴³ Ibid., p. 15.

⁴⁴ Ibid., p. 18-19.

⁴⁵ Ibid., p. 47.

rompido com Getúlio Vargas, a saber: Borges de Medeiros, Flores da Cunha (que nos anos 30 passou a integrar o Partido Republicano Liberal – PRL) e Osvaldo Aranha.⁴⁶ Apesar disso, a nova legenda capitaneada, regionalmente, por três antigos e importantes líderes “chimangos” não foi capaz de atrair a maior parte dos antigos membros do PRR, pois parecia que “a herança doutrinária republicana (com forte influência positivista) canalizava-se, com mais naturalidade, para as águas do estuário getulista, então articulado em torno do PSD”.⁴⁷

Outra corrente liberal-conservadora que, apesar de aliar-se à UDN na oposição ao getulismo, não incrementou suas fileiras foi a dos “maragatos” do antigo Partido Libertador (PL) – sucedâneo histórico do Partido Federalista. Apesar da presença do líder libertador Raul Pilla na primeira junta estadual da UDN, este resolveu manter a independência partidária de seu grupo político e refundar o PL, que obtém, desta feita, registro como partido nacional, em setembro de 1945.⁴⁸ Porém, mesmo assim, os libertadores terão um peso político ínfimo nos demais estados da federação, mantendo sua principal força no Rio Grande do Sul, onde praticamente suplantam a UDN como principal partido antigetulista e, posteriormente, antitrabalhista no estado (isto, obviamente, até a precoce “desgetulização” do PSD, iniciada em 1946), ocupando, em âmbito regional, o espaço que esta ocupava a nível nacional enquanto maior agremiação de posicionamento liberal e elitista no cenário político vigente.⁴⁹

Junto aos três grandes partidos da Frente Democrática gaúcha, se encontravam ainda, no governo Meneghetti, dois aliados menores: o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). O primeiro desponta no cenário político brasileiro ainda em 1945, como herdeiro ideológico da extinta Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista presente no Brasil dos anos 30. O PRP caracterizava-se, portanto, como um partido de direita, tendo como principais pontos de apoio as áreas rurais de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul, habitadas por pequenos agricultores.⁵⁰ Este, apesar de ter feito parte da aparentemente contraditória coligação que elegeu Leonel Brizola para o governo do estado em 1958, ao lado do PTB e do PSP, havia rompido com o governo trabalhista depois que Brizola implantou aquilo que Romeu Karnikowski denominou como “a primeira experiência de Reforma Agrária do país”, realizada “no Banhado do Colégio no

⁴⁶ CÁNEPA, op. cit., p. 106.

⁴⁷ BODEA, op. cit., p. 18.

⁴⁸ CÁNEPA, op. cit., p. 105.

⁴⁹ BODEA, loc. cit.

⁵⁰ Ibid., p. 16.

município de Camaquã”,⁵¹ voltando a aliar-se no estado com o PSD e a UDN depois de 12 anos, nas eleições de 1962.

Já o PDC era um partido mais recente no espectro político brasileiro, tendo despontado nas eleições estaduais apenas em 1954, quando apoiou a Frente Democrática e a vitoriosa primeira candidatura de Ildo Meneghetti ao governo do Rio Grande do Sul, sem, no entanto conseguir eleger nenhum deputado para a Assembleia Legislativa do estado.⁵² Após isso, a legenda, caracterizada por Bodea como “um partido de centro-direita [...] dinâmico e moderno, com penetração crescente nos centros urbanos do Centro-Sul”,⁵³ passaria a usufruir de um gradual, mas considerável, crescimento no estado, ocupando, de certa forma, um espaço político anteriormente ocupado pelo PRP, que vinha em um rápido declínio desde a década de 50, sendo ultrapassado em número de votos pelo PDC nas eleições para o legislativo estadual em 1962.⁵⁴ Além disso, estava nas mãos do PDC, desde 1960, a prefeitura municipal da capital do estado, Porto Alegre, após a vitória de seu candidato José Loureiro da Silva (um ex-trabalhista que havia sido expulso do PTB) no pleito municipal.⁵⁵

Finalmente, dentre os partidos de sustentação do governo Ildo Meneghetti, estava o PSP, o qual, conforme dito anteriormente, apenas conferiu seu apoio formal à ADP. Este era, tal qual o PL no Rio Grande do Sul e o Partido Republicano (PR) em Minas Gerais, uma agremiação que, apesar do registro nacional, apenas detinha força política em um determinado estado da União – no caso, São Paulo, onde estava centralizado na figura do então governador Adhemar de Barros.⁵⁶ No Rio Grande do Sul, o PSP jamais atingiu qualquer êxito eleitoral, elegendo apenas dois deputados estaduais, nas eleições de 1950, 54 e 58, permanecendo, desta forma, como uma corrente política praticamente inexpressiva no estado.⁵⁷ Apesar de parte do PSP ter apoiado, informalmente, a candidatura de Egydio Michaelsen (do PTB) contra a ADP, em 1962, e de não haver registros da presença deste partido no secretariado de Meneghetti no momento do golpe de 1964, é sabido que o PSP gaúcho, seguindo a orientação de seu líder nacional, Adhemar de Barros, deu suporte, junto aos partidos da ADP, à derrubada do presidente João Goulart, conforme pode ser visto em uma carta de agradecimento a este partido, redigida pelo prefeito de Passo Fundo à época,

⁵¹ KARNIKOWSKI, op. cit., p. 51.

⁵² CÁNEPA, op. cit., p. 175.

⁵³ BODEA, op. cit., p. 16.

⁵⁴ KARNINOWSKI, op. cit., p. 50 e 57.

⁵⁵ Ibid., p. 52-53.

⁵⁶ BODEA, op. cit., p. 16.

⁵⁷ CÁNEPA, op. cit., p. 379.

Mário Menegaz, e datada de 14 de abril de 1964, por sua “valiosa colaboração prestada durante os dias incertos e gloriosos da revolução democrática que, num assomo varonil, arrancou dos postos de mando, em nosso País, os demagogos comunistas”.⁵⁸

2.1.2 A oposição estadual: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Aliança Republicano-Socialista (ARS)

Pode-se dizer que o PTB em 1964, apesar de estar fora do executivo estadual, ainda detinha a *hegemonia* política no Rio Grande do Sul – conceito operacional entendido aqui a partir das formulações gramscianas já discutidas na introdução deste trabalho. Apesar de haver sofrido de uma recente fissura, que resultou, em 1959, na fundação do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) pelo, à época, recém-falecido líder trabalhista Fernando Ferrari,⁵⁹ o PTB mantinha, desde 1950, uma maioria crescente em expressão tanto dentre as vagas gaúchas para a Câmara Federal, quanto na Assembleia Legislativa estadual, contando, naquele momento, com uma bancada de 14 deputados na primeira e de 23 na segunda – em contraste com uma ADP que, somente através da coligação entre o PSD e seus quatro outros partidos, detinha igual número na Câmara (14 assentos, sendo a metade deles pertencentes ao PSD) e superava o PTB em quatro cadeiras na Assembleia Legislativa (com 27 vagas, sendo 11 delas do PSD).⁶⁰

Além disso, o PTB havia arrebanhado, nas eleições municipais do ano anterior, importantes prefeituras, como a de Porto Alegre (com uma vitória avassaladora de Sereno Chaise, o qual recebeu 50,3% dos votos válidos⁶¹), Santa Maria e Bagé,⁶² além de seguir mantendo seu predomínio no sindicalismo gaúcho. Mesmo em 1968, quatro anos após o golpe e três anos depois da extinção dos partidos políticos anteriores a este, números apresentados

⁵⁸ MENEGAZ, Mário. Carta para Angelo José Bertoglio, Presidente do Partido Social Progressista. *Correspondência expedida da Prefeitura Municipal de Passo Fundo*. Passo Fundo, 14 abr. 1964.

⁵⁹ KARNIKOWSKI, op. cit., p. 52.

⁶⁰ CÁNEPA, op. cit., p. 378-379.

⁶¹ CHAISE, Sereno; KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007. p. 79.

⁶² RIO GRANDE DO SUL. Requerimento das bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro e do Movimento Trabalhista Renovador da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1966. v. 174, abr. 1964. p. 51-52.

no estudo de Cánepa sobre os partidos e a representação política no Rio Grande do Sul do período democrático (1945-64), indicam que ainda persistia entre a população da capital estadual (Porto Alegre) e de uma cidade do interior do estado (Ijuí) uma esmagadora identificação partidária com o antigo PTB, da magnitude de 48% na primeira e 43,9% na segunda.⁶³ Veremos, a seguir, que esta inquestionável *hegemonia* petebista no estado, apenas interrompida, de forma violenta, pelo golpe de 1964, guardava muita relação com a identificação desta agremiação política, desde seu nascimento, com a figura de Getúlio Vargas, que segue desfrutando, até os dias de hoje, de um enorme prestígio dentre os gaúchos.

Inicialmente organizado em 1945, a partir da estrutura sindical controlada pelo Estado Novo por obra do então Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, a pedido de Vargas, o PTB, que inicialmente contava apenas com quadros sindicais inexperientes na política,⁶⁴ foi gradualmente se constituindo na legenda preferencial de Getúlio em seu intuito de retornar à Presidência da República, em detrimento de sua outra criação, o PSD, que, em 1948, deixou de contar, em definitivo, com o ex-presidente em suas fileiras. De acordo com Cortés:

Vargas decidiu que, para alcançar esse objetivo [o retorno à presidência], precisava de uma coisa a que antes não havia dado importância: um partido unificado, personalista e absolutamente leal a ele. O PSD jamais poderia exercer esse papel. Nacionalmente, o partido consistia numa mistura variada de elite rural oligárquica, de magnatas industriais e de políticos profissionais, cuja lealdade era questionável, desde que não podia cobri-los mais com favores governamentais. [...] Diante da impossibilidade de conquistar o controle sobre o PSD, Vargas voltou sua atenção para o aproveitamento do potencial eleitoral da crescente classe trabalhadora urbana. Decidiu, assim, expandir o fraco PTB e transformar as massas urbanas em um curral eleitoral que obedecia a ele pessoalmente.⁶⁵

Assim como em 1930, Getúlio Vargas estabeleceu o Rio Grande do Sul como base de sua “nova revolução política”, resolvendo iniciar a consolidação do PTB como um forte partido nacional em seu estado natal.⁶⁶ Naquele momento, o PTB estadual era composto quase exclusivamente por lideranças sindicais que haviam recentemente rompido, sob o beneplácito de Vargas, com o PSD, onde formavam a ala trabalhista deste partido. Tal particularidade da

⁶³ CÁNEPA, op. cit., p. 389.

⁶⁴ CORTÉS, op. cit., p. 173-174.

⁶⁵ Ibid., p. 188-189.

⁶⁶ Ibid., p. 190.

fundação do PTB no estado, originária de um “racha” do PSD local (diferentemente do ocorrido no resto do país, onde cada partido surgiu de maneira independente um do outro), contribuiria para a futura rivalidade e polarização entre estas duas siglas na política gaúcha pelos próximos vinte anos.⁶⁷

Percebendo a necessidade de acrescer ao PTB estadual um novo grupo de comandantes, mais conhecidos e com maior experiência na vida pública, Vargas, em 1946, traz ao partido três políticos veteranos da década de 30, provenientes de diferentes siglas do período: Alberto Pasqualini, do PL, José Diogo Brochado da Rocha, do PRR, e José Loureiro da Silva, do PRL.⁶⁸ A chegada do primeiro corresponde, na tese de Miguel Bodea sobre a formação do PTB gaúcho,⁶⁹ à entrada da segunda vertente formadora da seção estadual deste partido, a corrente *doutrinário-pasqualinista* (em acréscimo à primeira, a corrente *sindicalista*), integrada por intelectuais progressistas (em sua maior parte, bacharéis e profissionais liberais) oriundos da União Social Brasileira (USB), um pequeno agrupamento político de abrangência regional e duração efêmera, centrado em torno das ideias reformistas formuladas por Pasqualini. Para Bodea, “a integração da USB no PTB gaúcho daria a ele um caráter bastante distintivo no seio do PTB nacional: era a única seção que absorveria um movimento de esquerda [...] portador de um certo grau de elaboração doutrinária”.⁷⁰

Já a chegada dos dois últimos nomes (Brochado da Rocha e Loureiro da Silva) representou a entrada da terceira vertente que compôs o PTB regional, que Bodea denominou como a corrente *pragmático-getulista*. Integrada por políticos profissionais formados na máquina administrativa do Estado Novo e provenientes do PSD, esta corrente foi responsável pelo processo de “desgetulização” da seção gaúcha deste último, processo de transferência de pessedistas locais fiéis a Getúlio para o PTB somente completado em 1950, com a formação do Partido Social Democrático Autonomista (PSDA) e sua absorção pela agremiação trabalhista naquele mesmo ano.⁷¹ O sucesso desta manobra de Vargas é evidenciado pelo sucesso petebista nas eleições legislativas estaduais de 1947 (nas quais o partido recebeu o maior número de cadeiras na Assembleia Legislativa) e em sua própria eleição para a Presidência da República, em 1950, quando o PTB também chegou pela primeira vez ao governo estadual com Ernesto Dornelles (oriundo do PSDA) e aumentou sua participação na

⁶⁷ BODEA, op. cit., p. 20-23.

⁶⁸ CORTÉS, op. cit., p. 190.

⁶⁹ BODEA, op. cit., p. 20-31.

⁷⁰ Ibid., p. 28.

⁷¹ Ibid., p. 28-31.

bancada gaúcha da Câmara Federal de um para 10 deputados (superando o PSD, que passou de 17 para oito).⁷² Era dada a largada para a conquista da *hegemonia* pelo PTB no Rio Grande do Sul.

Junto ao PTB, na oposição ao segundo governo de Ildo Meneghetti no estado, estava a Aliança Republicano-Socialista (ARS), nova corrente política que, além de incorporar parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB), era utilizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) como legenda para concorrer ao legislativo estadual (algo que este fazia anteriormente pela sigla do PR). A ARS elegeu apenas um deputado estadual em 1962, o aparentemente comunista Marino dos Santos. A outra parte do PSB parece haver se fusionado com o PL (legenda pela qual elegeu um deputado estadual, em 1958), após gradativamente se aproximar deste e de outros partidos conservadores⁷³ devido à falta de espaço político para um partido da esquerda não-comunista no estado – por este já estar ocupado pelo PTB gaúcho, o qual havia sido convertido, com a incorporação da USB pasqualinista, além de uma “legenda popular”, como no resto do país, em um partido programaticamente de esquerda.⁷⁴

2.1.3 O papel assumido pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR)

Completando o espectro político-partidário do Rio Grande do Sul de 1964, havia o MTR, um grupo dissidente do PTB formado em 1959 por Fernando Ferrari, deputado gaúcho até então líder da bancada trabalhista na Câmara Federal, e transformado em partido autônomo pouco depois. Esta cisão teve origem no choque de Ferrari com a direção do PTB, quando este postulou sua candidatura para a Vice-Presidência da República, no pleito de 1960, contra o nome amplamente defendido como “natural” pela direção nacional do PTB, o do então vice-presidente João Goulart. Tendo suas pretensões negadas pelos dirigentes trabalhistas, Ferrari, de acordo com Karnikowski, “lançou em Porto Alegre o Movimento Trabalhista Renovador, que pretendia congregar os dissidentes de todos os partidos, mas principalmente os trabalhistas rebeldes”.⁷⁵

⁷² CÁNEPA, op. cit., p. 378-379.

⁷³ Ibid., p. 379 e 382-383.

⁷⁴ BODEA, op. cit., p. 28.

⁷⁵ KARNIKOWSKI, op. cit., p. 52.

A força que Ferrari e o MTR poderiam desempenhar no cenário político gaúcho foi bem demonstrada nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre de 1959 – quando foi vitorioso o candidato do PDC, José Loureiro da Silva, em grande parte por receber o entusiástico apoio de Ferrari contra o candidato do PTB, Wilson Vargas – e para a Presidência e Vice-Presidência da República, em 1960 – na qual Ferrari, concorrendo para vice-presidente já pela sigla do MTR, apesar de figurar como terceiro colocado no resultado nacional, recebeu a maior votação do estado do Rio Grande do Sul, com quase 560 mil votos, superando Jango em mais de 80 mil, e até mesmo o vitorioso candidato à presidência, Jânio Quadros, em mais de 15 mil.⁷⁶ Em Porto Alegre, sua vantagem foi ainda mais impressionante: venceu com 54,6% dos votos contra 33,2% de Jango e 38% de Jânio.⁷⁷

Tais números demonstram o efeito negativo que o rompimento de Ferrari desempenhou para o PTB gaúcho, especialmente em Porto Alegre, e deram confiança para o ex-petebista concorrer ao governo do estado em 1962, quando terminou como terceiro colocado, atrás de Ildo Meneghetti (ADP) e Egydio Michaelsen (PTB), contribuindo de maneira significativa para o êxito eleitoral do primeiro, ao dividir os votos do trabalhismo com o segundo. Para Karnikowski, uma

[...] questão a ser analisada nestas eleições foi a grande popularidade do PTB, cuja legenda nas proporcionais foi a mais votada, enquanto que o PSD atingiu o ponto mais baixo de seu desempenho eleitoral nas proporcionais desde a sua fundação em 1945. [...] O que ficou patente nesses dados foi que apesar da grande fidelidade partidária dos petebistas, o carisma de Fernando Ferrari arregimentou para si milhares de votos trabalhistas, principalmente em Porto Alegre, o que acabou ocasionando a derrota eleitoral na majoritária do PTB.⁷⁸

Este grande carisma de Fernando Ferrari acabou demonstrando ser a força motriz do MTR gaúcho da maneira mais trágica: após sua repentina morte em um acidente aeronáutico em Torres, no dia 25 de maio de 1963,⁷⁹ o PTB reconquistaria sua plena força em Porto Alegre com a já referida expressiva votação em Sereno Chaise para prefeito da capital estadual no mesmo ano, que alcançou 44,62% dos votos contra 24,84% do ferrarista Cândido Norberto e 22,51% de Sinval Guazzelli (UDN-PL-PDC).

⁷⁶ Ibid., p. 52-54.

⁷⁷ CÁNEPA, op. cit., p. 296.

⁷⁸ KARNIKOWSKI, op. cit., p. 58.

⁷⁹ Ibid., p. 51.

Frente à administração Ildo Meneghetti, o MTR, a princípio, posicionou-se na base aliada do governo na Assembleia Legislativa, onde a legenda ferrarista (que detinha quatro cadeiras) viria a encabeçar a Mesa Diretora, a qual contaria com a presença de seu deputado Cândido Norberto na presidência e de parlamentares dos partidos da situação nos demais postos. Na verdade, durante os preparativos para as eleições estaduais de 1962, devido à oposição ferrenha desempenhada por Ferrari contra João Goulart e Leonel Brizola, que cumpriam, respectivamente, o mandato de Presidente da República e o de governador do estado do Rio Grande do Sul, o MTR esteve muito perto de integrar a ADP, com o objetivo de derrotar o eventual candidato petebista indicado para a sucessão de Brizola e tomar parte no futuro governo liberal-conservador (e golpista, como será visto no próximo capítulo), o que não ocorreu muito provavelmente pelo próprio personalismo de Ferrari, que decidiu lançar sua candidatura por um MTR solitário na disputa, para desgosto dos partidos que viriam a constituir a ADP.⁸⁰ Dessa forma, como ressalta Cánepa:

O acordo entre todos os partidos no “anti-PTB”, não concretizado nas eleições para o Governo do Estado pela insistência de Ferrari em manter candidatura própria apostando numa terceira via, acaba por concretizar-se na Assembléia Legislativa, no início do Governo Ildo Meneghetti. O governador inicia seu mandato contando, em princípio, com a maioria no Legislativo (fruto agora, não mais de uma coligação eleitoral, mas de uma coalizão parlamentar).⁸¹

Além disso, nas eleições municipais de 1963, o MTR priorizou a formação, para a disputa de prefeituras no interior do estado, de coligações com os partidos do governo Meneghetti (efetuadas em 15 localidades), em detrimento de alianças com o PTB (efetuadas somente em duas⁸²) – tal qual aconteceu em Passo Fundo, onde este foi bem-sucedido ao eleger seu correligionário Mário Menegaz para o executivo municipal através de uma aliança conservadora com as seções dos partidos da ADP presentes naquela cidade, algo que será mais bem analisado logo adiante neste capítulo. Dessa forma, podemos seguramente situar o MTR, e mais seguramente sua seção gaúcha, como uma ruptura pela direita do PTB.

O posicionamento do MTR, ao menos em Porto Alegre e na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, somente se transformará com o agravamento da situação

⁸⁰ CÁNEPA, op. cit., p. 302.

⁸¹ Ibid., p. 393.

⁸² Ibid., p. 403.

política nacional a partir da realização, no Rio de Janeiro, do Comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, organizado por iniciativa do PTB, do PCB, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do próprio presidente Goulart, onde este faz uma defesa veemente das “reformas de base”. Diante deste evento, toma corpo, no legislativo estadual, um acalorado debate sobre o alardeado “golpismo comunista” do governo Jango, polarizado entre os partidos da ADP, que defendiam esta tese, e o PTB e a ARS, que a refutavam, ao mesmo tempo em que reafirmavam a importância da implementação das reformas pelo executivo federal. A agremiação ferrarista procurou, de início, manter-se afastada do debate, porém mais tarde acabou por assumir a posição defendida pelo PTB na discussão.⁸³

Com a eclosão do golpe, os quatro deputados do MTR na Assembleia se unem às bancadas do PTB e da ARS para denunciar a ilegalidade da interrupção violenta do mandato de João Goulart, das prisões de políticos do PTB (como a dos prefeitos de Porto Alegre, Santa Maria e Bagé, e de alguns deputados e vereadores), sindicalistas e outros cidadãos, efetuadas pelos militares⁸⁴ (e com o consentimento do governo estadual), das primeiras cassações de mandatos (executadas, no estado, com o aval direto de Meneghetti),⁸⁵ dentre outras arbitrariedades perpetradas pelos novos mandatários golpistas do país. Por fim, resultou demasiado tardia a reaproximação do MTR com seus antigos camaradas do PTB, já que os deputados do primeiro (notadamente Cândido Norberto e Osmar Lautenschläger) também sofrerão com a cassação de mandatos que vinha retirando da vida política institucional uma parte significativa dos nomes públicos deste último.⁸⁶

Os integrantes das duas legendas se uniriam novamente sob a nova sigla do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criada com a resolução de número 7.822, de 30 de março de 1966, para ser o partido da oposição consentida ao regime, em virtude da instituição do bipartidarismo pelo regime ditatorial, realizado, segundo Karnikowski, “através do Ato Complementar nº 40, de 20 de novembro de 1965, [que criou] a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com a finalidade de congregar todos os elementos que apoiaram a ‘Revolução’ e assim implantar o suporte político da Nova Ordem”.⁸⁷ Porém, houve uma minoria do MTR gaúcho que não migrou para o MDB: enquanto, em 1966, havia no seu diretório regional 70 ex-filiados do PTB e 18 do MTR, constava na listagem de dirigentes

⁸³ Ibid., p. 407-409.

⁸⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1966. v. 174, abr. 1964. p. 170-204 e p. 41-63.

⁸⁵ CÁNEPA, op. cit., p. 410.

⁸⁶ Ibid., p. 412.

⁸⁷ KARNIKOWSKI, op. cit., p. 83.

regionais da ARENA a presença de um antigo integrante do MTR (mas de nenhum do PTB, diga-se de passagem).⁸⁸ Além disso, ficará evidente no presente trabalho o relato da cooperação total ao golpe e à ditadura deste resultante desempenhada por este partido em Passo Fundo, através de seu prefeito municipal, Mário Menegaz – o que, por si só, representa um indício da existência de peculiaridades no quadro político desta cidade, as quais serão agora analisadas.

2.2 As particularidades do contexto político-partidário em Passo Fundo

Em comum com a situação político-partidária do resto do estado, também houve a formação em Passo Fundo, de 1945 em diante, dos mesmos partidos nacionais presentes na cena pública estadual – com a exceção do PSB, que, de acordo com o artigo de Benvegnú utilizado como base para esta parte da monografia,⁸⁹ parece nunca haver chegado a existir na cidade durante o período democrático encerrado em 1964. Também em comum com a conjuntura estadual, houve um predomínio inicial pessedista nos poderes executivo e legislativo municipais, que teve por base o ingresso neste partido de figuras notórias do aparelho burocrático do Estado Novo na cidade, como o prefeito Arthur Ferreira Filho, nomeado para o cargo em 1946 pelo então interventor estadual Ernesto Dornelles.⁹⁰ Contudo, serão encontradas algumas especificidades, particularmente naquilo que tange à presença mais marcante do PSP no quadro local e, sobretudo, à precoce e quase inabalável *hegemonia* conquistada pelo PTB em Passo Fundo, já a partir de 1947, com a chegada deste partido à prefeitura, de onde somente sairia em 1964, poucos meses antes do golpe.

Para derrotar o PSD em Passo Fundo, o PTB lançou mão, nas eleições municipais de 1947, da aliança mais inusitada realizada na cidade durante os anos “entreditaduras”, indicando seu correligionário Daniel Dipp para candidato a vice-prefeito em uma chapa encabeçada por nada menos que a UDN, representada por Armando Araújo Annes, o postulante à chefia do executivo municipal. Entretanto, Annes era uma liderança local sem

⁸⁸ CÁNEPA, op. cit., p. 374.

⁸⁹ BENVEGNÚ, op. cit.

⁹⁰ PASSO FUNDO. Prefeitura Municipal. *Cidadãos que governaram o município de Passo Fundo desde sua emancipação em 28 de janeiro de 1857*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=409&a=1&pm=1>>. Acesso em: 6 out. 2010.

partido, que assumiu a legenda da UDN por empréstimo somente para poder concorrer no pleito (sem comprometimento posterior de filiação ou militância), para o qual havia sido indicado pelo PTB, alegando que não estava concorrendo por um partido, mas sim por uma candidatura popular e consensual.⁹¹ Mesmo assim, tal empréstimo da sigla por parte da UDN para uma chapa lançada pelo PTB não deixa de chamar a atenção, dando um indício de uma possível má-delineação dos limites ideológicos entre as diferentes agremiações políticas presentes na cidade.

Com a vitória da aliança UDN-PTB em 1947, os trabalhistas passo-fundenses não repetiriam a nível municipal o que seu partido acabou fazendo em Porto Alegre e a nível estadual, ou seja, não se alternou no poder executivo com o PSD, mantendo o comando sobre a prefeitura com as eleições de suas chapas “puros-sangues” Daniel Dipp/Mário Menegaz, em 1951, e Wolmar Salton/Benoni Rosado, em 1955, assim como através da vitória de Rosado, no pleito de 1959, quando o PTB coligou-se com o PSP do candidato à vice-prefeitura na chapa, o industrial Sinval Bernardon. Na Câmara Municipal de Vereadores, o PTB atingiu um crescimento gradual e notável, aumentando sua bancada de cinco legisladores, em 1947, para nove, em 1959,⁹² e mantendo a maioria na Casa mesmo em 1963, quando foi derrotado pela primeira vez para a prefeitura e perdeu uma cadeira no legislativo municipal.⁹³

No cerne da derrota do PTB passo-fundense, em 1963, bem como dos efeitos que a mesma teve para a transformação de Passo Fundo, no início de abril de 1964, no quartel-general do golpe no Rio Grande do Sul, se encontra a divisão de suas próprias forças, ocorrida em 1957, quando o ex-prefeito Daniel Dipp, influenciado pelas posturas que já vinham sendo assumidas no interior do partido por Fernando Ferrari (o qual denunciava a ditadura personalista imposta aos militantes trabalhistas por Jango e Brizola), não apóia a candidatura de Leonel Brizola para o governo estadual, postura que resultou em seu choque direto com o médico e pesquisador César Santos, presidente da seção municipal da legenda desde sua fundação até sua extinção, em 1965⁹⁴, e fiel aliado do futuro governador. Para repreender Dipp, a Executiva Municipal do partido resolveu não indicar o nome do jornalista e deputado estadual Múcio de Castro, aliado do ex-prefeito, à reeleição para a Assembleia Legislativa, substituindo sua candidatura pela do jurista Ney Menna Barreto. Frente à provocação, o grupo

⁹¹ BENVENÚ, op. cit., p. 286-287.

⁹² Ibid., p. 288.

⁹³ OLIVEIRA, Edenir; DAL’CORTIVO, Ademir. *Câmara Municipal de Passo Fundo: 1857 a 1988*. Passo Fundo: Berthier, 1988. p. 119-135.

⁹⁴ BENVENÚ, op. cit., p. 281.

de Dipp lançou o vereador Romeu Martinelli para disputar votos com Barreto, fazendo com que os ânimos se agravassem ao ponto de os dois candidatos trabalhistas acabarem por protagonizar cenas de violência durante a eleição da Ala Moça do PTB municipal, em maio de 1958. Para Benvegnú, esse “acontecimento de larga repercussão abriu uma gradativa e irreversível cisão no partido, dividindo-o em duas alas profundamente antagônicas: na Executiva Municipal liderada por César Santos e na ala rebelde de Daniel Dipp”.⁹⁵

A ala rebelde passou a ser defendida publicamente por Múcio de Castro, através de seu jornal *O Nacional*, e atacada pelo concorrente deste, o *Diário da Manhã* do pessedista Túlio Fontoura, que defendia, neste embate, a Executiva Municipal do PTB unicamente por seus laços de amizade com César Santos e de profunda rivalidade com Castro. Sua ruptura formal com o partido é consumada quando esta lança, para as eleições municipais de 1958, a chapa Mário Menegaz/Daniel Dipp pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN), à qual pertencia o governador de São Paulo, Jânio Quadros, que dois anos depois seria alçado à Presidência da República, mas que não tinha qualquer expressão enquanto partido político no Rio Grande do Sul, o que leva a crer em seu uso absolutamente instrumental pelo grupo de Dipp e Menegaz, que não hesitaria em abandonar a obscura sigla para abraçar o novíssimo MTR ferrarista assim que este foi fundado, em 1960.⁹⁶

O lançamento desta chapa acabou por levar tanto à expulsão definitiva de todos os membros da ala rebelde dos quadros do PTB (depois que nem mesmo Brizola foi capaz de convencer Menegaz a desistir de sua candidatura), quanto à sua derrota para a coligação PTB-PSP de Rosado e Bernardon. No entanto, serviu para aproximar o agora MTR passo-fundense das forças anti-trabalhistas que vinham tentando quebrar a hegemonia do PTB de Santos sobre a cidade há mais de uma década. Este lançaria novamente Mário Menegaz à prefeitura no pleito municipal de 1963, mas desta vez como uma candidatura da Coligação Popular Passo-Fundense (CPP), uma reedição, a nível local, da ADP estadual acrescida pela presença orgânica da agremiação ferrarista e do PSP (que abandonou o aliado da eleição de outrora, o PTB),⁹⁷ com a presença de Adolpho João Floriani, do PL, na vaga para vice⁹⁸ – em outras palavras, uma aliança de todos os partidos legalizados com representação no município contra um PTB isolado.

⁹⁵ Ibid., p. 289.

⁹⁶ Ibid., p. 290.

⁹⁷ Ibid., p. 291.

⁹⁸ FLORIANI, Adolpho J. Carta para Avelino Maggioni, Diretor Geral do Departamento das Prefeituras Municipais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Correspondência expedida da Prefeitura Municipal de Passo Fundo*. Passo Fundo, 8 abr.1964.

Mesmo assim, a vitória da CPP sobre o PTB foi ligeiramente apertada (com uma diferença de 9% dos votos⁹⁹) – mas nada que impedisse a Mário Menegaz assumir a prefeitura de Passo Fundo, depois de esta haver passado quatro mandatos consecutivos nas mãos do PTB, sendo o único novo prefeito do estado a contar, em 1º de janeiro de 1964, com a presença pessoal do governador Ildo Meneghetti, bem como do presidente da Assembleia Legislativa, Cândido Norberto, em sua cerimônia de posse.¹⁰⁰ Tal registro perde seu valor de surpresa após se tomar conhecimento, a partir de uma declaração do próprio Menegaz, de ter sido o pessedista Meneghetti um dos maiores incentivadores de sua vitoriosa candidatura¹⁰¹ – o que demonstra a importância que o chefe do executivo estadual vinha dando à presença de aliados seus no comando do município do Planalto Médio. Tal constatação abre espaço para uma questão: já estaria Passo Fundo incluída como peça de um plano golpista do governo Meneghetti para o estado? Buscarei responder a esta e a outras indagações no seguinte capítulo.

⁹⁹ BENVIGNÚ, op, cit., p. 292.

¹⁰⁰ A presença do Governador Meneghetti nesta cidade. *O Nacional*, Passo Fundo, 2 jan. 1964, p. 2.

¹⁰¹ Depoimento: Mário Menegaz. *Somando*, Passo Fundo, set. 2001, p. 35.

3 O GOLPE DE 1964 NO RIO GRANDE DO SUL: DA CONSPIRAÇÃO À “OPERAÇÃO FARROUPILHA”

A história do Brasil republicano é marcada pela ingerência dos militares na política nacional. Isso pode ser dito de maneira ainda mais contundente naquilo que diz respeito ao breve período democrático de 1945-1964, inaugurado por um golpe militar (que derrubou o então ditador Getúlio Vargas) e encerrado por outro (que retirou da presidência um de seus afilhados políticos, João Goulart). Entre estes eventos, houve pelo menos mais três situações em que os militares tentaram intervir no poder central, sendo bem-sucedidos ao procurar manter a ordem constitucional – caso do “golpe preventivo” promovido pelo Mal. Henrique Teixeira Lott para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, em 1955 – e saindo-se derrotados quando tentaram alterar as regras políticas vigentes com o objetivo de demover da (ou impedir que chegassem à) Presidência da República nomes antipáticos aos anseios da oficialidade das Forças Armadas – como em 1954, na tentativa de derrubar o agora democraticamente eleito Vargas, frustrada pelo surpreendente suicídio deste, e em 1961, quando, após a renúncia de Jânio Quadros, buscou-se impedir a posse do então vice-presidente Goulart, o que somente pôde ser garantido pela irrupção do “Movimento da Legalidade” iniciado pelo governador Leonel Brizola no estado do Rio Grande do Sul.¹⁰²

Contudo, para perpetrar suas aventuras golpistas, os militares sempre necessitaram de alguma espécie de legitimação civil, da parte de lideranças políticas ou empresariais que viam nas Forças Armadas a existência de um “Poder Moderador” que, tal qual o dos antigos imperadores do século XIX, serviria para manter o sistema em ordem quando seus próprios mecanismos trouxessem ameaças à sua estabilidade (como a eleição de lideranças reformistas ao Executivo nacional, por exemplo).¹⁰³ Também em 1964, o apoio e a participação de civis foi fundamental, desde o início das conspirações até o desfecho de abril, que é considerado aqui como um *golpe civil-militar*, impossível de ser bem-sucedido não fosse o apoio decisivo que este recebeu de governadores de estados importantes da Federação – como Carlos Lacerda, da Guanabara, Adhemar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e aquele que aqui mais nos interessa, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul.

¹⁰² MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 119-121.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 101.

3.1 A conspiração golpista no Rio Grande do Sul

Ao que tudo indica, a nacionalmente abrangente conspiração de civis e militares pela derrubada de Jango teve início com a própria posse deste na presidência, resultado do insucesso da tentativa de golpe de 1961. Esta, segundo Glauco Carneiro, foi a mais vasta e, ao mesmo tempo, a mais dispersa e fragmentada conspiração já vista na história de nosso país. Sem contar com nenhuma coordenação central, “mil e um grupos tinham em comum somente o desejo de derrubar o inimigo geral representado por Goulart, mas ninguém se interessou em fazer, com amplidão, as ligações de cúpula com as bases”.¹⁰⁴ De acordo com Poty Medeiros, deputado estadual pela UDN que assumiu, em 18 de fevereiro de 1964, a Secretaria da Segurança Pública do governo estadual gaúcho,¹⁰⁵ a desordenada conspiração somente foi dotada de um comando central quando da publicação, já em 20 de março (cerca de dez dias antes do golpe), de uma circular restrita à alta oficialidade militar da autoria do general Humberto de Alencar Castelo Branco, que ocupava, na ocasião, a chefia do Estado Maior do Exército, e que viria a ser o primeiro dos presidentes militares da longa ditadura que se iniciaria em breve. Uma cópia desta, na qual o general apoiava abertamente a derrubada do governo federal, chegou às mãos de Ildo Meneghetti, que teria comentado: “Temos agora um chefe”.¹⁰⁶

A conspiração golpista gaúcha, que começou a tomar corpo a partir da eleição de Meneghetti em outubro de 1962,¹⁰⁷ contou com a participação-chave do governador e envolveu, ainda segundo Poty Medeiros, desde altas lideranças militares do III Exército (o atual Comando Militar do Sul, seção do Exército Brasileiro responsável pela defesa dos três estados da Região Sul do país), como seu comandante geral, Gen. Benjamin Galhardo, e o comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), Gen. Adalberto Pereira dos Santos, passando por oficiais do “Círculo Militar”, como o Gen. Ibá Ilha Moreira e o Maj. Leo Etchegoyen, autoridades das polícias estaduais (civil e militar), como o comandante da Brigada Militar, Cel. Otávio Frota, e o chefe do Estado Maior desta, Cel. Raul Oliveira, deputados e líderes dos diretórios estaduais dos partidos da ADP, figuras eclesíásticas regionais, como o Padre Brentano (fundador dos “Círculos Operários”), lideranças empresariais e ruralistas do estado

¹⁰⁴ CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965. v. 2. p. 562.

¹⁰⁵ MEDEIROS, Poty. *O Governo Meneghetti e a Revolução de 31 de Março*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1974. p. 10.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 19-20.

¹⁰⁷ CORTÉS, op. cit., p. 293.

(estes últimos especificamente acuados pela conivência de Jango e do PTB com a ação desapropriadora dos agricultores sem-terra), até membros do alto escalão do governo estadual, com destaque para o jornalista Plínio Cabral, secretário-chefe da Casa Civil, o Cel. Orlando Pacheco, secretário-chefe da Casa Militar, e o próprio Medeiros, o qual teria sido convocado por Meneghetti para a Secretaria da Segurança Pública justamente para aprimorar os laços entre o governo e os conspiradores civis e, especialmente, militares.¹⁰⁸

Para organizar os conspiradores gaúchos, o governo estadual auxiliou na realização de sucessivas reuniões e encontros destes realizados em Porto Alegre,¹⁰⁹ além de organizar seguidas visitas de Ildo Meneghetti para cidades do interior do estado, como Passo Fundo (que recebeu o governador duas vezes antes de sua fuga para lá durante o golpe) e Erechim. Estas eram levadas a cabo como parte da “política de interiorização” característica do governo Meneghetti, a qual destacava que seria mais prático ao governador “ouvir as reivindicações e conhecer os problemas do interior” se dirigindo pessoalmente a estes municípios.¹¹⁰ Porém, e principalmente pela especial atenção despendida pela “política de interiorização” a Passo Fundo, cidade que serviria de futuro abrigo para o governador golpista, tudo leva a crer que tais viagens de Meneghetti pelo estado tratavam de outros temas que não a agricultura local ou o andamento das obras estaduais no interior, por exemplo.

Originalmente, a meta desta larga trama conspirativa seria “impedir o golpe continuísta que Goulart estaria planejando”,¹¹¹ já que era corrente entre os meios conservadores da época a crença de que a própria existência do governo Jango seria parte de um plano comunista internacional para transformar gradualmente o Brasil em uma “república sindical” de cunho socialista. Inclusive, se atribuía, naquele momento, uma frase a certa liderança da esquerda brasileira de que os comunistas já teriam o poder, faltando-lhes apenas o governo.¹¹² Por fim, já no início de 1964, a irrupção de uma “revolução” no Brasil era dada como iminente, restando apenas a dúvida sobre quem iria deflagrar o primeiro movimento rumo à “implantação do estado discricionário”: se o governo federal ou seus opositores, conforme podemos ver no editorial do periódico passo-fundense *Diário da Manhã* de 1º de janeiro daquele ano.¹¹³

¹⁰⁸ MEDEIROS, op. cit., p. 11-18.

¹⁰⁹ Ibid., p. 13.

¹¹⁰ BENVENÚ, op. cit., p. 292-293

¹¹¹ CORTÉS, op. cit., p. 293.

¹¹² MEDEIROS, op. cit., p. 11.

¹¹³ FONTOURA, Túlio. A revolução de janeiro. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 1º jan. 1964. p. 2.

3.1.1 A formulação da “Operação Farroupilha”

Foi com esse temor que o governador Ildo Meneghetti e o Gen. Olympio Mourão Filho – então comandante da guarnição do III Exército em Santa Maria e que seria em breve transferido para São Paulo, e daí, para Minas Gerais, de onde chefiou as espontâneas manobras militares iniciais do golpe em 31 de março de 1964 – teriam formulado, em uma série de reuniões realizadas desde a posse do governador até a transferência do general (em meados de fevereiro de 1963), o plano militar que ficou conhecido como “Operação Farroupilha”. Este consistia, segundo Cortés, em “um plano de o Rio Grande do Sul opor-se a qualquer tentativa de Jango de promover sua permanência no poder”.¹¹⁴ De acordo com uma matéria publicada na edição da *Revista do Globo* de maio de 1964, “a ‘Operação Farroupilha’ tinha como tópicos principais três pontos: o III Exército e as cidades de Santa Maria e Passo Fundo, sendo que esta última em face do forte contingente da Brigada Militar ali sediado”.¹¹⁵

Para além desta descrição um tanto obscura e generalizante sobre do que se trataria o plano inicial, há um maior detalhamento acerca da elaboração do mesmo fornecido pelo secretário Plínio Cabral para a imprensa quando do retorno de Ildo Meneghetti para Porto Alegre, em 3 de abril de 1964, e publicado nos jornais do estado no dia seguinte, no qual se pode observar a existência de duas outras operações alternativas que poderiam ter sido utilizadas pelo governo estadual no momento da crise político-militar:

Efetivamente, o Sr. Plínio Cabral possuía detalhes desconhecidos. Mostrou à imprensa o esquema defensivo que o governo, revendo tais acontecimentos, havia traçado há cerca de um mês e meio atrás. Baseava-se o mesmo em três planos já preparados. O primeiro, que tinha o nome de “Operação Aliados”, consistiria na defensiva através de uma ação conjunta do governo com o III Exército, em favor da democracia. A retirada do gen. Galhardo não permitiu a execução deste plano. O outro, chamado “Operação Combate”, consistia em uma ação da Brigada Militar, aliada a certas unidades do Exército, principalmente no interior. O terceiro plano, justamente o utilizado, chamado “Operação Farroupilha”, previa a organização da resistência em uma região do estado, com as forças civis e militares arregimentadas. A execução desse plano cabia, justamente, aos chefes da Casa Militar e Civil do governo.¹¹⁶

¹¹⁴ CORTÉS, op. cit., p. 293.

¹¹⁵ PINTO, Eduardo. A revolução vista do Rio Grande. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 872. 9-22 mai. 1964, p. 38.

¹¹⁶ CHEFE do govêrno e comandante do III Exército chegaram ontem a Pôrto Alegre, sob aclamação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 abr. 1964, p. 1 e 15.

As explicações de Plínio Cabral, apesar de não deixarem muito claro há quanto tempo as ditas operações estavam preparadas (se há um mês e meio ou bem mais), situam a “Operação Farroupilha” como a terceira opção do governo estadual, ou seja, um “plano B do plano B”, para resistir a uma reação legalista ao golpe, projetada para a possibilidade do quadro mais negativo para a conspiração – um apoio total do III Exército ao governo federal. Apesar disso não haver ocorrido, a confusão gerada entre os conspiradores gaúchos pela substituição efetuada por Jango, em 31 de março de 1964, do golpista Gen. Benjamin Galhardo pelo legalista Gen. Ladário Pereira Telles no comando do III Exército (que, no entanto, jamais conseguiu assumir o pleno comando desta seção militar na prática, como veremos mais adiante neste capítulo), poderia haver motivado a colocação em prática do esquema tido como menos conveniente: a fuga para o interior. Para corroborar essa possível versão, haveria também o fato, acima exposto na citação de Cortés e corroborado por discurso do deputado trabalhista Pedro Simon na Assembleia Legislativa no dia 4 de abril,¹¹⁷ de que este plano havia sido concebido já há um ano antes pelo governador e pelo general Mourão em uma situação semelhante, quando o III Exército estava sob o comando do Gen. Jair Dantas Ribeiro, aliado e futuro Ministro da Guerra de Goulart.¹¹⁸ Porém, mais à frente será visto como de fato se sucedeu esta operação de transferência do governo estadual para o interior durante o golpe, independente da denominação conferida à mesma.

3.1.2 O governo Meneghetti e a conspiração dos governadores

Não demorou muito para que a conspiração golpista gaúcha se articulasse de forma orgânica com os demais grupos conspiradores dos outros estados do país. E um elo fundamental para isso foram os constantes contatos mantidos entre Ildo Meneghetti e os demais governadores golpistas brasileiros, facilitados pelos secretários estaduais da Fazenda,

¹¹⁷ RIO GRANDE DO SUL. Discurso do deputado estadual Pedro Simon. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1966. v. 174, abr. 1964. p. 71.

¹¹⁸ BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar do Sul. *Relação dos ex-comandantes da Zona Militar do Sul (ZMS), III Exército, Comando Militar do Sul (CMS)*. Disponível em: <http://www.cms.eb.mil.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2180&Itemid=130>. Acesso em: 23 out. 2010.

José Antônio Aranha (UDN), e do Interior e Justiça, Mário Mondino (PDC).¹¹⁹ A firme aliança estabelecida pelos governadores que mantinham participação ativa na conspiração foi essencial para o sucesso do golpe civil-militar e, de acordo com a *Revista do Globo*, vinha de longa data, tendo sido co-articulada pelo governo Meneghetti da seguinte maneira:

No plano interno, o governo gaúcho, além da já citada “Operação Farroupilha”, fez o levantamento das forças com que podia contar, preparou esquemas militares e administrativos. Externamente, procurou contatos e ligações secretas com outras unidades da Federação. Em São Paulo, Adhemar [de Barros] surgia como líder mais impetuoso da reação ao Governo Federal. [Carlos] Lacerda, pela sua própria posição política antagônica ao Presidente, era aliado natural. Ney Braga, do Paraná, e Celso Ramos, de Santa Catarina, foram conquistados sem dificuldade. Mais tarde, Minas Gerais, através do Governador Magalhães Pinto, e Mato Grosso vieram se unir ao esquema. Estava pronto o plano nacional de resistência.¹²⁰

Tratou-se, portanto, de uma articulação de todos os governadores dos estados mais importantes do eixo Sul-Sudeste (com exceção do Rio de Janeiro), o centro político-econômico brasileiro. Alguns tinham uma posição mais radical, defendendo uma ação imediata contra o governo Jango, como era o caso de Adhemar de Barros. Outros defendiam a tomada de medidas enérgicas somente a partir do momento em que o governo “deixasse o campo da legalidade”, como Ildo Meneghetti. Mas todos estavam unidos pela certeza da inevitabilidade de uma necessária intervenção violenta, em conjunto com as Forças Armadas, contra as práticas “comunizantes” do governo federal e de seus aliados da esquerda, chegando ao cúmulo de preparar, de acordo com o secretário estadual de Administração, Antônio Pires (PRP), um plano para o estabelecimento “de um governo provisório e revolucionário nas matas do Paraná, num ponto qualquer nas proximidades do mar”, em caso de sucesso do suposto golpe comunista que estaria sendo organizado por Goulart, Brizola, o PTB e os PCB.¹²¹

A propósito destes boatos, os mesmos foram ainda mais intensificados após o famoso comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964 (já citado no primeiro capítulo desta monografia), sucedido pela publicação de linhas e mais linhas no noticiário nacional que divulgavam “que Goulart – com o apoio do PCB, do CGT e das forças políticas nacionalistas

¹¹⁹ CORTÉS, op. cit., p. 293.

¹²⁰ PINTO, op. cit., p. 38-39.

¹²¹ Ibid., p. 39.

– preparava um golpe de Estado”.¹²² Tais matérias ruidosas ainda vinham acompanhadas das publicações de inúmeras declarações de políticos conservadores (desde presidentes de diretórios de partidos políticos, passando por deputados e prefeitos, até governadores) contra a ameaça que o governo federal estaria representando para o Congresso Nacional e a democracia como um todo. Uma das mais importantes foi justamente o pronunciamento do governador Ildo Meneghetti, na qual ele afirma que o governo do “Rio Grande do Sul, fiel às suas tradições, reagirá contra qualquer atentado à Constituição, parta de onde partir, e defenderá a legitimidade dos mandatos eletivos em qualquer circunstância”,¹²³ e que recebeu respostas de apoio de outros governadores, como os de Minas Gerais e do Paraná, e de diretórios nacionais de partidos de oposição ao governo do PTB, como o da UDN, além das de outras personagens que em breve iriam contradizer em ações as palavras levemente pronunciadas por Meneghetti naquele momento.¹²⁴

3.2 O golpe e a “Operação Farrroupilha” em ação

O estopim para converter a turbulenta situação política nacional na derrubada do governo Goulart tomou forma, para Caio Navarro de Toledo, no “panfletário discurso do Presidente numa assembléia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite de 30 de março”, onde, discursando para “um auditório repleto de soldados, sindicalistas e políticos nacionalistas, Goulart denunciou as forças reacionárias e golpistas”, dando, pouco depois, a infeliz declaração de que o país necessitava, na verdade, “de um ‘golpe das reformas’. [...] Poucas horas após a transmissão de seu discurso [pela televisão], tropas comandadas por oficiais golpistas de Minas puseram o pé na estrada”.¹²⁵ Com a iniciativa do comandante da IV Região Militar (situada em Minas Gerais), Gen. Olympio Mourão Filho, e o apoio civil do governador daquele estado, Magalhães Pinto, teve início, na madrugada de 31 de março de 1964 (dois dias antes da data suposta e previamente acordada entre os conspiradores para dar

¹²² TOLEDO, Caio N. de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2004. p. 23.

¹²³ RIO Grande do Sul solidário com o Congresso e contra os ataques ao Regime. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17 mar. 1964, p. 1.

¹²⁴ MEDEIROS, op. cit., p. 16.

¹²⁵ TOLEDO, op. cit., p. 23.

início à “insurreição”¹²⁶), o golpe civil-militar que transformaria a história política recente brasileira.

3.2.1 O golpe no Rio Grande do Sul

A notícia da rebelião em Minas chegou a Porto Alegre durante a tarde daquele mesmo dia¹²⁷ e, a princípio, pegou os membros do Poder Executivo estadual e a parcela golpista da oficialidade do III Exército de surpresa.¹²⁸ De início, Meneghetti baixou seis decretos¹²⁹ para preparar a vitória do movimento no estado, os quais traziam as seguintes determinações: a requisição, para o governo estadual, das estações de rádio e televisão e de todas as reservas de combustíveis líquidos existentes nas refinarias de petróleo e nas empresas distribuidoras presentes no estado; a instituição de feriado bancário e escolar no estado nos dias 1º, 2 e 3 de abril; a abertura de um crédito extraordinário de Cr\$ 500.000.000 para o governo; e a convocação de todos os oficiais da reserva da Brigada Militar para o retorno temporário ao serviço ativo.¹³⁰

Do Rio de Janeiro, o presidente João Goulart tomou providências para combater o movimento golpista iniciado em Minas e, prevendo que, em um eventual quadro nacional desfavorável à sua permanência no governo (que acabou por se concretizar rapidamente), teria que se refugiar em sua terra natal, o Rio Grande do Sul (estado que contava com o maior número de oficiais do Exército simpáticos ao governo¹³¹ e onde o PTB tinha muita força – sua capital, Porto Alegre, era, possivelmente, o maior reduto trabalhista no país), nomeia um militar de sua confiança para o comando da 6ª DI do III Exército, o Gen. Ladário Pereira Telles. Pela legislação militar da época, o oficial general mais antigo de uma seção militar automaticamente deveria assumir seu comando, sendo exatamente o que aconteceu com o general Ladário, que acabou por substituir o Gen. Benjamin Galhardo na chefia geral do III

¹²⁶ CORTÉS, op. cit., p. 294.

¹²⁷ MEDEIROS, op. cit., p. 22.

¹²⁸ CORTÉS, op. cit., p. 296.

¹²⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 213, 1º abr. 1964, p. 1.

¹³⁰ MEDEIROS, op. cit., p. 22.

¹³¹ *Ibid.*, p. 25.

Exército.¹³² Segundo o próprio general Ladário, em depoimento publicado na obra de Hélio Silva, 1964: *Golpe ou contragolpe?*, de 1975, ao indagar o presidente sobre “qual tratamento deveria dar ao governador do Rio Grande do Sul”, este haveria respondido: “Tratamento duro. [...] Faça-lhe sentir que o meu mandato é intocável, porque é delegação da maioria do povo brasileiro”.¹³³

Ao chegar a Porto Alegre, esta notícia trouxe nova surpresa aos conspiradores, que teriam começado a ver seu suposto esquema inicial de apoio ao golpe (que seria a “Operação Aliados”, anteriormente referida neste mesmo capítulo, dentro das explicações do secretário Plínio Cabral à imprensa porto-alegrense – a qual seria executada pelo governo estadual em conjunto com o III Exército e a Brigada Militar, para combater uma eventual resistência de esquerda ao golpe) ir por água abaixo, com a colocação, pelo presidente, de um militar legalista no comando da seção regional do Exército Brasileiro. Frente a esta rápida atitude de Goulart, o Gen. Benjamin Galhardo comunicou aos demais conspiradores que não passaria seu posto para o general Ladário, e inclusive o prenderia quando este chegasse a Porto Alegre.¹³⁴ Tal postura aparentemente não passou de uma bravata do general Galhardo, que na madrugada de 1º de abril, apesar de receber, segundo o próprio general Ladário, com resmungos e irritação o novo comandante do III Exército, não cumpriu a prometida detenção,¹³⁵ viajando, ainda por cima, para o Rio de Janeiro, com a incumbência de “assumir a chefia do Estado-Maior do Exército em substituição ao general Castelo Branco”.¹³⁶

Para agravar a situação dos militares golpistas do III Exército, o seu mais comprometido líder, o Gen. Adalberto Pereira dos Santos, que havia recém sido exonerado do comando da 6ª DI pelo presidente João Goulart, recebeu a comunicação de seu substituto inicial, o general Ladário, de que deveria passar seu cargo ao seu substituto legal, já que ele, pelo tempo na oficialidade, assumiria o posto do general Galhardo, e rumar para o Rio de Janeiro, juntamente a este último. Segundo o já citado depoimento do general Ladário, o general Adalberto teria, então, inventado uma mentira sobre uma suposta doença que havia acometido sua irmã para evitar seu regresso ao Rio, utilizando a permissão recebida pelo novo comandante do III Exército, de permanecer em Porto Alegre cuidando de seus problemas familiares, para fugir, no mesmo dia, em direção a Cruz Alta, pequeno município no norte do

¹³² TELLES apud SILVA, op. cit., p. 435.

¹³³ Ibid., loc. cit.

¹³⁴ MEDEIROS, op. cit., p. 23.

¹³⁵ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 437.

¹³⁶ MEDEIROS, loc. cit.

estado, onde passaria a organizar abertamente o golpe. “Foi para mim uma grande decepção constatar, que um General podia, também, trair a sua palavra. Foi mais um farsante a deixar cair a máscara”.¹³⁷

Sentindo-se traído pelo general Galhardo (conforme o próprio governador declararia para o *Diário de Notícias*, em 2 de abril, já em Passo Fundo¹³⁸), Meneghetti e os demais golpistas gaúchos viram, por um breve momento, um quadro deveras adverso a seus anseios se desenhando no horizonte em Porto Alegre. Se havia incerteza quanto à postura que o conjunto do III Exército assumiria frente ao golpe, era certo que seu comando já estava trabalhando pesadamente para o insucesso do mesmo. Uma de suas primeiras medidas (executada a pedido do então deputado federal Leonel Brizola, que havia chegado a Porto Alegre no mesmo avião que ele, na madrugada de 1º de abril¹³⁹), foi a ocupação das estações de rádio e televisão da capital estadual – entregues a Brizola para que este fizesse a propaganda da legalidade, buscando reeditar o vitorioso movimento de 1961 – e a requisição de combustíveis e lubrificantes para as tropas supostamente legalistas do III Exército¹⁴⁰ – o que anulou, na prática, os dois decretos requisitórios assinados pelo governo estadual no dia anterior, especialmente aquele referente às estações de telecomunicações, que deveriam ficar nas mãos do executivo estadual e da Brigada Militar justamente para evitar uma reedição da Campanha da Legalidade brizolista.

Mesmo com o temor causado entre os golpistas pela conturbadora presença de Brizola em Porto Alegre e pela iminência da chegada do próprio presidente Goulart à capital gaúcha (o que de fato aconteceria na madrugada do dia seguinte¹⁴¹), foram dois os motivos mais imediatos para que Meneghetti deixasse a capital do estado: um destes foi a expedição de dois ofícios de requisição da Brigada Militar pelo comando do III Exército. Em resposta ao primeiro deles, que foi entregue no Palácio Piratini às 11 horas daquele conturbado 1º de abril,¹⁴² Meneghetti escreveu um comunicado ambíguo ao general Ladário, no qual dizia que a constitucionalidade da medida iria ser estudada pela Procuradoria Geral do Estado, além de afirmar que a Brigada Militar era muito necessária ao governo estadual.¹⁴³ O comandante do

¹³⁷ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 437.

¹³⁸ MENEGHETTI considera-se traído pelo Gen. Galhardo. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 3 abr. 1964, p. 6.

¹³⁹ PINTO, op. cit., p. 43.

¹⁴⁰ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 439.

¹⁴¹ Ibid., p. 442.

¹⁴² Ibid., p. 440.

¹⁴³ RIO GRANDE DO SUL. Cópia do ofício enviado pelo Governador do Estado, Sr. Ildo Meneghetti, ao Comandante do III Exército. *Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1966. v. 174, abr. 1964. p. 173.

III Exército, não satisfeito com a resposta, enviou ao Piratini novo ofício, renovando a requisição, que se tornou um ultimato para que o governo estadual entregasse a força policial para a seção regional do Exército Brasileiro até as 14 horas,¹⁴⁴ além de redigir uma proclamação à própria Brigada Militar.¹⁴⁵

A outra razão imediata para a retirada foi, certamente, o temor causado por uma grande e ruidosa manifestação popular contra o golpe em curso realizada em frente à sede do governo estadual, que, conforme pode ser visto pela reportagem da edição de 2 de abril do jornal *Última Hora* (que, em breve, seria empastelado pelo novo regime ditatorial) transcrita a seguir, precisou da intervenção de lideranças da esquerda e, principalmente, do então prefeito de Porto Alegre, o trabalhista Sereno Chaise, para não se transformar em uma invasão ao Palácio Piratini:

O pânico de que o Palácio Piratini estava tomado desde a eclosão do movimento golpista, atingiu seu clímax às 11 horas da manhã de ontem, quando cerca de duas mil pessoas se encaminharam para a Praça da Matriz a fim de realizar um comício pela legalidade junto ao monumento de Júlio de Castilhos. Nos corredores, na antesala, e no próprio gabinete do Sr. Ildo Meneghetti a confusão estabeleceu-se, prevendo uns a prisão iminente do Governador e – o que todos temiam realmente – o Palácio fosse invadido pela multidão. O Sr. Armando Prates Dias, na última oportunidade em que foi visto em Porto Alegre, passou a comandar um dispositivo de segurança, dispondo brigadianos armados de metralhadoras e fuzis com baionetas em toda a frente do Palácio. Também o Choque foi chamado para socorrer os últimos resistentes do Piratini.

A tensão aumentou quando os populares começaram avançar sobre o Palácio. Aos pedidos para que se retirassem, os mais exaltados responderam que “continuaremos nosso comício aqui mesmo, porque estamos defendendo nossos direitos”. A situação foi contornada pelo Prefeito Sereno Chaise e pelo delegado estadual da SUPRA [a Superintendência de Política Agrária] que comparecendo ao local, apelaram ao povo para que se dirigisse ao Largo da Prefeitura, onde o deputado Leonel Brizola iria falar à multidão que lá já se encontrava. Outro orador, o Sr. Honório Pires, advogado do MASTER [o Movimento dos Agricultores Sem Terra], conclamou o povo a não assumir atitudes isoladas e recomendou a unidade de ações. Serenados os ânimos, os manifestantes decidiram marchar com destino à Prefeitura.¹⁴⁶

Com o provável receio de que um novo retorno negativo ou vacilante ao general poderia resultar em represálias deste, como a intervenção federal nas forças policiais do estado e a própria prisão do governador (pela qual Meneghetti iria justificar sua fuga aos

¹⁴⁴ MENEGHETTI instalou o Govêrno em Passo Fundo. *Última Hora*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 6.

¹⁴⁵ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 440.

¹⁴⁶ COMÍCIO provocou pânico no Piratini. *Última Hora*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 9.

jornais após seu regresso a Porto Alegre¹⁴⁷), e com o temor de uma iminente invasão de efeitos desastrosos, por parte de uma turba enfurecida, da sede do Poder Executivo estadual, foi decidida, pelo governo da ADP, a colocação em ação da “Operação Farroupilha”. De acordo com uma das testemunhas da tomada de decisão, o secretário estadual da Segurança Pública, Poty Medeiros:

Reunidos, no Palácio Piratini, os secretários de Estado, os chefes de partido, o comando da Brigada Militar, bem como figuras exponenciais da sociedade porto-alegrense, resolveu-se por unanimidade, sem nenhuma discrepância, após detido exame da conjuntura, adotar a solução já anteriormente examinada, a de deslocar-se o Governador Ildo Meneghetti, não para a cidade de Santa Maria como aconselhara o Governador Adhemar de Barros quando aqui estivera, mas para Passo Fundo, e ali instalar o Governo. [...] Era a operação militar já estudada e denominada Farroupilha.¹⁴⁸

3.2.2 A escolha de Passo Fundo para “Capital da Liberdade”

Objetivamente, a “Operação Farroupilha” tinha como foco a transferência do governo estadual para um ponto seguro do interior do estado, de onde seria possível constituir uma apropriada base de apoio para a resistência a um temido “golpe continuísta” de Jango ou, como aconteceu de fato, para o combate, em aliança com o golpismo que já dominava quase por completo o território brasileiro ao norte do Rio Grande do Sul, a uma possível reação das forças leais ao governo federal que ainda tinham possibilidades de resistir naquele estado – a questão era para onde, já que, aparentemente, o plano contemplava a possibilidade de fuga para dois municípios preferenciais: Santa Maria e Passo Fundo. Apesar de este primeiro poder ter se destacado enquanto opção primordial quando das elaborações iniciais do esquema, em princípios de 1963, tendo em vista que um de seus mentores, o general Mourão, era, naquele momento, comandante militar naquela localidade, as condições objetivas da situação terminaram por tornar mais atrativa a escolha de Passo Fundo para os desígnios do governo golpista, em detrimento de Santa Maria.

¹⁴⁷ MENEGHETTI ao voltar diz que não fugiu: obedeceu plano pré-estabelecido. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 4 abr. 1964, p. 10.

¹⁴⁸ MEDEIROS, op. cit., p. 25.

Em primeiro lugar, se as duas cidades haviam sido vislumbradas para a operação por serem, ambas, estratégicos centros ferroviários,¹⁴⁹ a posição geográfica de Passo Fundo ao norte do estado levou vantagem, naquele instante, sobre a de Santa Maria, situada na região central do Rio Grande do Sul. Com o domínio do entroncamento ferroviário onde Passo Fundo estava situada, os golpistas poderiam, de acordo com Silva, “opor uma resistência a quaisquer forças que pretendessem sair do estado e atacar, ao norte, os revolucionários”.¹⁵⁰ Além disso, também a proximidade da cidade com o estado de Santa Catarina poderia, segundo Alves, “facilitar tanto uma eventual fuga, quanto o reforço militar por tropas golpistas vindas do centro do país – possibilidade que se asseverou mais factível”.¹⁵¹

Outra razão importante para a escolha de Passo Fundo, apontada pelo próprio filho do governador, João Eurico Meneghetti, um dos articuladores da escapada de seu pai para o interior, era a presença, naquele município, de uma guarnição da Brigada Militar – o 2º Batalhão Policial, ou 2º BPM (atual 3º Regimento de Polícia Montada¹⁵²) – que contava com um contingente de maior número que o da guarnição local do Exército¹⁵³ – o 1º Esquadrão do 20º Regimento de Cavalaria, ou I/20º RC (atualmente localizado na cidade paranaense de Francisco Beltrão, sob a denominação de 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado¹⁵⁴). Como ainda não eram conhecidos, ao certo, os posicionamentos dos comandantes militares das duas cidades estudadas, optou-se, portanto, pela segurança oferecida pelo grande efetivo de soldados da Brigada Militar, leais, portanto, às ordens do governador gaúcho, frente à pequena unidade do III Exército em Passo Fundo, cuja possível fidelidade ao general Ladário e ao governo federal era, até o momento, desconhecida. Contudo, logo a posição golpista do comandante do I/20º RC, o Cap. Grey Belles, seria conhecida pelo governador e seus asseclas, ao chegar aos ouvidos destes a notícia de que o capitão do Exército havia negado, naquele mesmo 1º de abril, ao presidente do diretório municipal do PTB, César Santos, “cobertura a uma concentração de ferroviários e populares contra o golpe”, em Passo

¹⁴⁹ CORTÉS, op. cit., p. 293.

¹⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 432.

¹⁵¹ ALVES, op. cit., p. 141.

¹⁵² BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Discurso do deputado federal Beto Albuquerque. *Diário da Câmara dos Deputados – Ano LX – Nº 178*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT2005.pdf#page=15>>. Acesso em: 25 out. 2010. p. 49687.

¹⁵³ ALVES, loc. cit.

¹⁵⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar do Sul. *Histórico do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado*. Porto Alegre, 2008.

Fundo.¹⁵⁵ Cabe também lembrar que Passo Fundo ficava muito mais próxima do que Santa Maria ao município de Cruz Alta, para onde havia se dirigido o general Adalberto, com o intuito de assumir, de forma ilegal, “o comando das unidades que ali se subordinavam à 6ª DI”, para auxiliar no golpe que estava em curso.

Finalmente, é altamente provável que o fator mais significativo para a escolha da cidade do Planalto Médio para acolher o governador refugiado (que, mais tarde, receberia deste o título de “Capital da Liberdade”¹⁵⁶) tenha sido a correlação de forças político-partidária favorável aos golpistas encontrada naquela localidade (e que já foi analisada no primeiro capítulo desta monografia). Enquanto a prefeitura de Santa Maria era comandada, conforme previamente visto, pelo PTB, o executivo municipal de Passo Fundo, depois de passar um longo período sob o domínio deste mesmo partido, estava em mãos de aliados de Ildo Meneghetti – lideranças, como o prefeito Mário Menegaz, que haviam rompido com o PTB, para se unir, sob a legenda do MTR, ao bloco conservador constituído pelos partidos da ADP presentes na cidade.

A perda da prefeitura deixou o PTB de Passo Fundo bastante enfraquecido, mesmo que ainda houvesse no município um grande número de correligionários e apoiadores de Jango e Brizola para manter, a nível local, a força política desta agremiação. Prova disso foi que a bancada de vereadores do PTB na Câmara Municipal de Passo Fundo (a maior da casa, embora minoria enquanto oposição ao prefeito¹⁵⁷) conseguiu, em sessão extraordinária realizada no dia 1º de abril e pela ausência de três edis situacionistas, aprovar um requerimento que colocava o Poder Legislativo da cidade “em defesa da legalidade constitucional e contra qualquer tentativa de golpear as instituições”.¹⁵⁸ Também é preciso levar em conta a posição de destaque que o trabalhismo ocupava na política sindical passo-fundense.¹⁵⁹ Contudo, sem o apoio da prefeitura, da Brigada Militar, da unidade local do III Exército, da Igreja (que, na figura do Bispo Diocesano Dom Cláudio Colling, apoiou

¹⁵⁵ BENVENÚ, op. cit., p. 293.

¹⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. 2º Batalhão Policial. *Perpetuação Histórica*. Passo Fundo, 3 abr. 1964. O documento aqui referenciado encontra-se nos anexos de RAGNINI, Sócrates. *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

¹⁵⁷ FLORIANI, Adolpho J. Carta para Avelino Maggioni, Diretor Geral do Departamento das Prefeituras Municipais do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. *Correspondência expedida da Prefeitura Municipal de Passo Fundo*. Passo Fundo, 8 abr. 1964.

¹⁵⁸ PASSO FUNDO. Câmara Municipal de Passo Fundo. *Ata da 11ª reunião plenária extraordinária da 5ª legislatura – 1º período legislativo da sessão legislativa de 1964*. Passo Fundo, 1º abr. 1964, p. 5-6.

¹⁵⁹ BATISTELLA, Alessandro. *Movimento Operário em Passo Fundo-RS (1920-1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2008. p. 236.

abertamente o golpe¹⁶⁰), e observando um fracasso completo do PTB e das principais organizações de esquerda do país, como o CGT, em conter o golpe a nível nacional, não restou muito que fazer aos trabalhistas passo-fundenses, do que assistir, impotentes, à comemoração triunfante de seus inimigos conservadores e antidemocráticos, e preparar-se para a repressão que estava por vir.

3.2.3 A fuga para Passo Fundo e o estabelecimento temporário do governo estadual no quartel do 2º BPM

Após Passo Fundo ter sido eleita por Ildo Meneghetti como a rota a ser seguida pela “Operação Farroupilha”, depois de ouvir as defesas da tomada desta decisão feita por líderes liberais-conservadores, como o presidente do PL, Orlando Carlos,¹⁶¹ o governador de imediato deixou Porto Alegre, aparentemente no início da tarde daquele fatídico 1º de abril. Saindo, literalmente, pela porta dos fundos do Palácio Piratini (certamente para não ser notado pela multidão de opositores concentrados em frente ao mesmo), Meneghetti, de acordo com seu biógrafo, o jornalista Wilson Afonso, atravessou a edificação localizada atrás deste, o Colégio Paula Soares, e embarcou em um *Fusca* verde, que, mais tarde, foi “abalroado por outro veículo”, na Avenida Farrapos. Apesar do leve acidente, a pressa do governador, que temia uma interceptação da viagem, não permitiu uma parada, e o veículo seguiu viagem até Estrela, onde o *Fusca*, provavelmente pelo dano causado pelo choque anterior, “encrencou” – para usar as palavras de Afonso. A viagem só pôde prosseguir pelo auxílio do prefeito da cidade, que emprestou ao governador um *Chevrolet 48*, com o qual, finalmente, Meneghetti chegou a seu destino.¹⁶² A propósito da apressada retirada de Porto Alegre do governador, o então prefeito da capital gaúcha, Sereno Chaise, comenta, em seu livro de memórias publicado em 2007, que começou a circular “uma anedota, na época, de que ele saíra ligeiro e dissera ao motorista ‘pé no fundo’, e este entendera Passo Fundo”.¹⁶³

¹⁶⁰ MENEGAZ, Mário. Carta para Dom Cláudio Colling, Bispo Diocesano de Passo Fundo. *Correspondência expedida pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo*. Passo Fundo, 14 abr. 1964.

¹⁶¹ SILVA, op. cit., p. 432.

¹⁶² AFONSO, Wilson. *Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1984. p. 76.

¹⁶³ CHAISE; KLÖCKNER, op. cit., p. 125.

Não se sabe ao certo se antes ou depois de sua partida, o governador do Rio Grande do Sul, que até então vinha mantendo sua posição de apoio ao golpe em segredo, a revelou na seguinte proclamação, amplamente divulgada pela imprensa de todo o país e na qual também deixa claro que havia deixado a capital do estado, sem, no entanto, apontar seu destino:

Rio-grandenses! Brasileiros!

Nesta hora trágica e ao mesmo tempo gloriosa que vive o nosso povo, dirijo-me a todos os rio-grandenses para dizer-lhes que estou presente na luta que trava nossa Pátria pela sobrevivência da democracia e da liberdade.

Os últimos acontecimentos que se verificaram neste Estado demonstram perfeitamente que aqui também se pretende instalar a violência, a ilegalidade e a ruptura da Constituição.

Requisitei as estações de rádio, com o propósito honrado de impedir que, através delas, viessem a semear-se os elementos do ódio e da discórdia. Estas rádios foram agora ocupadas pela força e entregues aos inimigos da democracia que as estão utilizando para pregar a desordem, a indisciplina e a violação da Carta Constitucional.

Não satisfeitos com isso, agora pretendem requisitar, por simples ofício, à margem da Lei e da Constituição, a gloriosa Brigada Militar, força de tantas e tão nobres tradições, esteio da democracia e da liberdade, pretendendo tirar do governo as condições de assegurar a ordem pública.

Rio-grandenses! Brasileiros!

Eu não poderia, nesta hora, fugir ao meu dever. **Frente aos atentados à autonomia do Estado do Rio Grande do Sul, frente à ameaça clara e aberta de intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho, que é incorporar-me àqueles que agora, em todo o Brasil, lutam para restaurar a Constituição e o Direito, livrando nossa pátria de uma ditadura comunista. Poucas são as possibilidades de resistência na cidade de Porto Alegre, cujo bravo povo está ameaçado pela força, a violência e a opressão.** Não cessará nossa resistência. Ela apenas começa. Assim como os bravos farroupilhas lutaram dez anos sem esmorecer, os gaúchos saberão, também, lutar até a vitória final, oferecendo seu sangue generoso pela causa da Pátria e da Constituição.

Soldados e oficiais do bravo Terceiro Exército! Soldados e oficiais da gloriosa Brigada Militar! A vós apelo, neste momento, para que participeis de nossa luta, irmanando-vos aos bravos companheiros de Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e todo o Norte que, neste momento, marcham para libertar nossa Pátria da demagogia, da inflação e da miséria política em que nos encontramos.

Povo gaúcho! Organizai a resistência democrática. O vosso governo, eleito livremente, está presente nesta luta, pela Pátria e pela Democracia. Só quem tem alma de escravo é que não luta pela liberdade!

Viva o Rio Grande! [grifo meu]¹⁶⁴

Ildo Meneghetti chegou a Passo Fundo pela noite, acompanhado de uma comitiva integrada pelo secretário da Fazenda, José Antônio Aranha, pelo secretário-chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, pelo secretário-chefe da Casa Militar, Cel. Orlando Pacheco, por seu

¹⁶⁴ RIO GRANDE DO SUL. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 213, 1º abr. 1964, p. 1-2.

ajudante de ordens, Cap. Jesus Linhares Guimarães, pelo delegado da Polícia Civil estadual Augusto Muniz dos Reis (filiado ao PSD¹⁶⁵), e também, de acordo com relato do prefeito de Passo Fundo à época, Mário Menegaz, pelo coronel da Brigada Militar Gonçalves Cúrio de Carvalho, “que fazia a cobertura com oficiais e soldados da marcha governamental até Passo Fundo”. Menegaz, que já havia sido avisado pelo filho do governador sobre a vinda deste para sua jurisdição, recebeu a todos em sua residência às 20 horas daquela noite, seguindo com a comitiva para um jantar no Turis Hotel, localizado no centro da cidade,¹⁶⁶ onde também estavam presentes o comandante do 2º BPM, Maj. Victor Hugo Martins, e demais oficiais desta unidade da Brigada Militar, vereadores situacionistas e outras personalidades do lado conservador da cena política local.¹⁶⁷ Mais tarde naquela noite, chegou à cidade, de avião, o secretário de Segurança Pública, Poty Medeiros.¹⁶⁸ Após longa conferência com estas figuras, o governador Meneghetti seguiu para o quartel do 2º BPM, onde pernitoiu e, na manhã seguinte, após promover o major Martins ao posto de Tenente-Coronel e incumbi-lo da tarefa de comandar todo o efetivo da Brigada Militar da região norte do Rio Grande do Sul,¹⁶⁹ estabeleceu a sede temporária do governo estadual.¹⁷⁰

Na improvisada nova sede do Poder Executivo estadual, Ildo Meneghetti, de acordo com matéria da edição do, à época, vespertino passo-fundense *O Nacional* do dia 2 de abril, recebeu o apoio do comandante do I/20º RC do III Exército, o capitão Grey Belles, além de assinar uma série de decretos, comunicados ao público por meio de uma emissora de rádio local:

O Dr. Antonio Frederico Knoll, nomeado pelo Governador Ildo Meneghetti como encarregado do serviço de imprensa da Casa Civil do Governo, requisitou esta manhã a Rádio Passo Fundo, a qual passou a transmitir sob a suas ordens desde a sede provisória do Governo, no quartel do 2º B. P.

Afora outras medidas, o governador requisitou também todas as viaturas do DAER [o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem] e CEEE [a Companhia Estadual de Energia Elétrica], as reservas de combustíveis de toda a região e abriu o voluntariado no 2º Batalhão Policial, bem como convocou todos os oficiais da reserva da Brigada Militar nesta região para o serviço ativo.

¹⁶⁵ SILVA, op. cit., p. 434.

¹⁶⁶ MENEGAZ, Mário. *Apontamentos para entrevista no programa televisivo de Meirelles Duarte*. Passo Fundo, 16 jan. 2001, p. 2.

¹⁶⁷ GOVERNO do Rio Grande do Sul com sede em Passo Fundo! *O Nacional*, Passo Fundo, 2 abr. 1964, p. 1.

¹⁶⁸ SECRETÁRIO da Segurança Pública em Passo Fundo. *O Nacional*, Passo Fundo, 2 abr. 1964, p. 1.

¹⁶⁹ VICTOR Hugo Martins (Tenente Coronel Comissionado): o comando das tropas estaduais na Zona Norte do Rio Grande do Sul. *O Nacional*, Passo Fundo, 2 abr. 1964, p. 1.

¹⁷⁰ MENEGAZ, loc. cit.

Durante a manhã de hoje o Governador Meneghetti recebeu a visita de dezenas de correligionários e autoridades, entre as quais a do comandante da unidade federal aqui sediada, Capitão Grey Belles, do 1/20º R. C.¹⁷¹

Pode-se ver, pela reportagem acima transcrita, que o governo Meneghetti estava preparando uma verdadeira operação de guerra a partir do quartel do 2º BPM, preparando-se para um possível confronto armado contra as poucas tropas legalistas que ainda obedeciam às ordens do comandante do III Exército, sediadas majoritariamente na região metropolitana de Porto Alegre,¹⁷² cuja prefeitura havia se tornado a sede da resistência ao golpe, sendo realizado no largo em frente a ela, durante a noite de 1º de abril, um grande comício popular pela legalidade, liderado por Leonel Brizola, Sereno Chaise e outros chefes trabalhistas.¹⁷³ De fato, muitos fatores indicavam a real possibilidade de uma guerra civil em território gaúcho, ou mais objetivamente, de uma invasão das forças golpistas ao baluarte legalista de Porto Alegre.

Segundo jornais da época, o Gen. Amaury Kruel, comandante do II Exército (que tinha seu quartel-general localizado na cidade de São Paulo), já se dirigia para o sul acompanhado de tropas do 4º Regimento de Infantaria e do 17º Regimento de Cavalaria, além de uma força de pára-quedistas.¹⁷⁴ Do Paraná, dirigia-se a Porto Alegre uma coluna comandada pelo Gen. Nelson de Mello, e no interior do estado, o Gen. Mário Poppe de Figueiredo, comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI), arregimentava, com o mesmo objetivo, em Santa Maria, tropas das unidades militares gaúchas do III Exército que estavam em desobediência ao seu comandante legalista, o general Ladário, provenientes de Alegrete (nomeadamente o 6º Regimento de Cavalaria),¹⁷⁵ Bagé, Uruguaiana, Livramento, São Gabriel, Pelotas, Quaraí, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul.¹⁷⁶ Uma notícia do jornal *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, demonstra a seriedade com que estava colocada, naquele momento, a possibilidade de uma guerra no Rio Grande do Sul, com a participação, inclusive, da Marinha e da Aeronáutica:

¹⁷¹ GOVÊRNO do Estado requisitou Rádio Passo Fundo. *O Nacional*, Passo Fundo, 2 abr. 1964, p. 2.

¹⁷² TELLES apud SILVA, op. cit., p. 443.

¹⁷³ TAJES, Tito; RONEK, Antônio; CÓRIA, Nelson. A queda da segunda República de Piratini. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1964, p. 92-93.

¹⁷⁴ GENERAL Kruel no Paraná! *O Nacional*, Passo Fundo, 2 abr. 1964, p. 1.

¹⁷⁵ MENEGHETTI arregimenta tropas na região do Planalto e apela para que cesse luta fratricida. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 2.

¹⁷⁶ SILVA, op. cit., p. 434.

Às 9 horas da manhã de hoje, continuava, ainda funcionando nesta capital [São Paulo, de onde escreveu o redator] a cadeia radiofônica “Rede da Liberdade”, comandada pela Rádio Bandeirantes. Segundo os noticiários divulgados pela referida rede, o II Exército conta com integral apoio dos I e IV Exércitos. Também as unidades do III Exército em Santa Catarina e no Paraná, estão solidárias com o general Amaury Kruehl, comandante da guarnição de São Paulo.

A “Rede da Liberdade” anunciou, por outro lado, que está sendo montado um ataque final contra as tropas do III Exército que obedecem ao comando do senhor João Goulart, considerado deposto pelas autoridades militares do Centro do País. De acordo com a mesma fonte, a Marinha e a Aeronáutica participarão da operação bélica contra as tropas aquarteladas no Rio Grande do Sul.¹⁷⁷

Para Passo Fundo, convergiam tropas da Brigada Militar de todo o estado, com vistas a engrossar as fileiras do “exército de libertação” que Meneghetti estava organizando na “Capital da Liberdade”, vindas de Iraí,¹⁷⁸ Palmeira das Missões, Nonoai, Porto Alegre¹⁷⁹ e outras localidades. Além das forças convencionais da Brigada Militar e do I/20º RC do capitão Grey Belles, Meneghetti ainda contava com o apoio de uma incerta quantidade de voluntários armados da região (há relatos de membros do executivo estadual que situam o número destes combatentes civis pró-golpe em 2.500,¹⁸⁰ outros em 5 mil¹⁸¹ e alguns em até 10 mil¹⁸²), entre os quais estavam os homens de “coronéis” das proximidades como Victor Dumoncel Filho, um chefe local que, mesmo já passando dos 80 anos de idade, havia organizado uma unidade em sua estância de Santa Bárbara para retomar a luta anti-Vargas que havia perdido em 1937, quando era o principal caudilho do ex-governador Flores da Cunha no norte do estado.¹⁸³ De acordo com o então secretário da Fazenda, José Antônio Aranha, que havia acompanhado Ildo Meneghetti em sua fuga para Passo Fundo, o governador e suas tropas estavam apenas “aguardando o pronunciamento do General Mário Poppe de Figueiredo em Santa Maria para que se estabelecesse imediatamente a marcha sobre esta capital [Porto Alegre]”.¹⁸⁴

¹⁷⁷ ANUNCIADA a marcha sôbre o Rio Grande. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 3.

¹⁷⁸ MARCONDES, Moisés. *Moisés Marcondes (depoimento, 1991)*. Disponível em: <<http://fundetec.hd1.com.br/moisés%20marcondes1.htm>>. Acesso em: 29 out. 2010.

¹⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. 2º Batalhão Policial. *Relatório sobre a crise político-militar de 31 de Março*. Passo Fundo, 1964. p. 5.

¹⁸⁰ GOVÊRNO do Estado transfere sua sede para Passo Fundo, onde organiza resistência. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 7 e 16.

¹⁸¹ MENEGHETTI arregimenta tropas na região do Planalto e apela para que cesse luta fratricida. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 2.

¹⁸² CHEFE do Govêrno e Comandante do III Exército chegaram ontem a Pôrto Alegre, sob aclamação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 abr. 1964, p. 1.

¹⁸³ CORTÉS, op. cit., p. 297.

¹⁸⁴ ZUZA focaliza os acontecimento e diz que Govêrno colaboração de todos. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 4 abr. 1964, p. 3.

3.2.4 A vitória do golpe no Rio Grande do Sul e o retorno de Meneghetti a Porto Alegre

Contudo, assim como em 1961, não seria daquela vez que o Rio Grande do Sul tornaria a figurar como palco de um novo conflito bélico: assim que chegou a Porto Alegre, na madrugada de 2 de abril, o presidente João Goulart, decidiu, em reunião com o ex-governador Leonel Brizola e os chefes militares do III Exército ainda leais a ele, que não fomentaria uma resistência armada ao golpe que o derrubara, contrariando a vontade de Brizola e do general Ladário, os quais, mesmo sabendo ser praticamente nula a possibilidade de vitória, queriam resistir até o fim.¹⁸⁵ Após esta decisão do presidente deposto, a efêmera reedição do “Movimento da Legalidade” chegou ao fim, com a partida de Jango para São Borja, naquele mesmo dia, e depois, rumo ao exílio no Uruguai; o encerramento da “segunda Cadeia da Legalidade”, que teve como sua última transmissão o anúncio do prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, sobre a decisão de Goulart e o fim do movimento;¹⁸⁶ a fuga de Brizola para o interior do estado, onde perambulou durante algum tempo para depois reaparecer ao lado de Jango no exílio em Montevidéu;¹⁸⁷ a entrega do cargo de comandante do III Exército pelo general Ladário, o qual no dia seguinte retornaria ao Rio de Janeiro;¹⁸⁸ e as primeiras prisões efetuadas pelos militares golpistas na cidade, que atingiram deputados estaduais do PTB e o próprio prefeito da capital, naquele mesmo dia 2 de abril.

As boas novas de Porto Alegre chegaram a Passo Fundo através do comandante da Brigada Militar, Cel. Otávio Frota. Após reunião com este, pela tarde, Meneghetti decidiu pelo retorno do governo estadual para Porto Alegre no dia seguinte. Para garantir a segurança do governador no trajeto, foi montada uma grande operação pela Brigada Militar para escoltar aquilo que se chamou de “Caravana da Liberdade”.¹⁸⁹ Esta foi constituída, de acordo com o então prefeito de Passo Fundo, Mário Menegaz, por 12 ônibus e inúmeros outros veículos, nos quais viajaram, além de autoridades estaduais e dos municípios do norte gaúcho, um grande número de apoiadores civis do golpe, que originalmente haviam se reunido em Passo Fundo para pegar em armas contra os legalistas em Porto Alegre. Partindo de Passo Fundo na manhã de 3 de abril, a caravana do governador se encontrou, em Pantano Grande, com o

¹⁸⁵ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 443-444.

¹⁸⁶ CHAISE; KLÖCKNER, op. cit., p. 129.

¹⁸⁷ CORTÉS, op. cit., p. 299.

¹⁸⁸ TELLES apud SILVA, op. cit., p. 445-446.

¹⁸⁹ RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. 2º Batalhão Policial. *Relatório sobre a crise político-militar de 31 de Março*. Passo Fundo, 1964. p. 13.

contingente “simbólico” do Gen. Mário Poppe de Figueiredo, que se dirigia a Porto Alegre com o intuito de assumir o comando do III Exército, para o qual havia sido nomeado pelo novo ministro da Guerra, o Gen. Artur da Costa e Silva. As versões sobre a recepção à caravana por parte dos populares residentes nos municípios pelos quais ela passou são conflitantes: se, de acordo com Menegaz, “durante todo o trajeto, a caravana veio recebendo as mais significativas manifestações de apreço e solidariedade”,¹⁹⁰ o *blog* do jornalista Olides Canton nos traz um relato do motorista do DAER que conduziu o automóvel onde estava o governador, no qual este conta que, ao longo do caminho, o carro “veio sendo bombardeado de laranjas, pedras, bergamotas, batatas” e de tudo o mais que fosse encontrado pela população revoltada.¹⁹¹ Ao chegar a Porto Alegre, já pela noite, o governador falou à imprensa, anunciando a vitória completa do movimento golpista. Estava concluída a “Operação Farroupilha”, e, juntamente a ela, o breve e conturbado período democrático brasileiro de 1945-1964. Começava a “longa noite de 20 anos” da história republicana de nosso país, com cassações de mandatos, prisões, perseguições, censura, repressão e assassinatos.

¹⁹⁰ CHEFE do govêrno e comandante do III Exército chegaram ontem a Pôrto Alegre, sob aclamação. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 abr. 1964, p. 1 e 15.

¹⁹¹ CANTON, Olides. Afinal, Ildo Meneghetti fugiu pra P. Fundo de que? *De Olhos e Ouvidos – Blog do Jornalista Olides Canton*. Porto Alegre, 29 out. 2009. Disponível em: <http://www.deolhoseouvidos.com.br/edi%E7%F5es/2009_09.htm>. Acesso em: 29 out. 2010.

4 CONCLUSÃO

Para os partidos da ADP de Ildo Meneghetti, a grande importância de sua vitória nas eleições estaduais de 1962 sobre o PTB de Leonel Brizola e João Goulart e o MTR de Fernando Ferrari só seria realmente confirmada após o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Estivesse o Palácio Piratini nas mãos dos trabalhistas, a história poderia haver tomado um rumo totalmente diverso – como nos mostrou 1961. Contudo, a História não é o estudo daquilo que poderia ter acontecido, mas do que de fato aconteceu. Não cabe aqui discutir o sucesso daquele golpe de Estado: este foi inquestionável e demonstrou uma coesão poucas vezes vistas das forças conservadoras do Brasil em torno de um objetivo comum, além de haver sido a prova de que os militares golpistas haviam aprendido com seus erros em 1954, 55 e 61.¹⁹² O que está em discussão são os fatores que permitiram um desmantelamento tão precoce de qualquer possibilidade de resistência ao golpe no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, em Porto Alegre, e em que medida as ações tomadas pelo governador do estado antes e durante aquela crise político-militar influenciaram na rapidez deste processo.

A condição primeira para a própria possibilidade de execução da “Operação Farroupilha”, qual seja, a presença das forças políticas liberais-conservadoras gaúchas no governo estadual, apenas foi possível por um movimento de radicalização política, tanto por parte da esquerda, quanto da direita, propiciado pela radicalidade dos atos de Leonel Brizola em seu anterior mandato no Piratini, os quais terminaram por afastar o PTB rio-grandense de aliados importantes (como o PSP e o PRP, que passou por inteiro para o lado da Frente Democrática), isolar politicamente o partido e consolidar a divisão de suas forças com o rompimento à direita do grupo de Fernando Ferrari, que transformaria o MTR em um partido político autônomo. É plausível dizer que a derrota do PTB no pleito estadual de 1962, que impossibilitou uma tentativa de reedição do Movimento da Legalidade a partir da sede do governo estadual e, possivelmente, com o novo apoio da Brigada Militar, em 1964, foi ocasionada pelos erros e excessos do próprio partido, o qual, mesmo ainda mantendo a posição de maior força política do estado naquele momento, pouco pôde fazer para impedir o sucesso do golpismo no Rio Grande do Sul estando de fora do governo estadual.

¹⁹² MARTINS FILHO, op. cit., p. 121-122.

O mesmo aconteceu com o PTB em Passo Fundo. Este, depois de passar 16 anos consecutivos na prefeitura, encontrava-se na oposição municipal justamente no ano em que sucedeu o golpe e, ainda por cima, contra um prefeito que havia saído de suas fileiras: Mário Menegaz, do MTR. Do mesmo modo que ocorreu em âmbito estadual, o PTB passo-fundense, forte, mas isolado, não foi páreo para a ampla coligação de direita que o derrotaria no pleito municipal de 1963, a qual só conseguiu tal feito por estar encabeçada pelo MTR, já que o PSD, a UDN, o PL e as outras agremiações conservadoras menores presentes na cidade jamais alcançaram poder suficiente para desbancar, sozinhas, o trabalhismo. A legenda ferrartista, em Passo Fundo, era originária de uma ruptura anterior à do próprio Ferrari com a direção nacional do PTB (cujos nomes fortes eram Jango e Brizola), e ainda mais à direita, já que o grupo havia se oposto até mesmo à indicação da candidatura de Brizola para o governo do estado, em 1958, e, já em 1963, estava politicamente mais próximo do governador Ildo Meneghetti, do PSD, que do diretório estadual do próprio partido a que pertencia, o MTR.

Entretanto, em outros municípios importantes do estado, como Santa Maria, Rio Grande, Bagé, Uruguaiana e a própria capital, Porto Alegre, o PTB sagrou-se vitorioso em 1963 – talvez por não se encontrar sozinho, nas eleições, contra uma união de todos os outros partidos legalizados destas cidades, como ocorreu em Passo Fundo – para a felicidade do governador Meneghetti, que trabalhou ativamente pela vitória de Menegaz naquele município. Este êxito traria frutos para o governo estadual em 1964, que pôde contar com um forte ponto de apoio para se refugiar durante o golpe, tendo em vista que Passo Fundo era, naquele momento, uma das poucas cidades de porte médio do Rio Grande do Sul que contavam com um PTB fora do Poder Executivo municipal e politicamente enfraquecido. Sem poder contar com o apoio decisivo da prefeitura daquela cidade, seria muito difícil, para Meneghetti, encontrar outro ponto no estado com condições tão propícias para a preparação de uma base de apoio para o golpe no extremo sul do Brasil, tais como um forte contingente da Brigada Militar, a proximidade com o estado de Santa Catarina e, mais importante, a presença do mais importante entroncamento ferroviário que ligava o Rio Grande do Sul ao resto do país.

Portanto, a “Operação Farroupilha”, resultado da eficácia da rede conspirativa organizada no estado pelo governo da ADP, deveu em muito seu sucesso à polarização política estadual que levou ao enfraquecimento e isolamento do PTB (para não mencionar a perda de muitos de seus filiados para o novo MTR) e à união e radicalização dos partidos liberais-conservadores, que permitiu a estes o acesso ao Palácio Piratini e o apoio irrestrito da Brigada Militar durante o golpe. É importante mencionar que esta também resultou, pela

negativa, da inabalável força do PTB em Porto Alegre, que pareceu se revigorar ainda mais com o início do golpe, em torno da causa da defesa do mandato presidencial do gaúcho João Goulart. Mas, até que ponto a “Operação Farroupilha” contribuiu para a rápida supressão de qualquer possibilidade de os trabalhistas imporem uma resistência, juntamente às poucas tropas do III Exército ainda leais ao governo federal e aquarteladas em Porto Alegre, contra o golpe na capital do estado?

Novamente, retorno para o campo das possibilidades, apenas para fazer uma reflexão final: sem a ida de Meneghetti para Passo Fundo, que ocasionou o deslocamento de um grande número de soldados da Brigada Militar de Porto Alegre para aquele município e possibilitou o total controle desta, por parte do governador do estado, para uma possível ação militar contra os resistentes na capital gaúcha, a requisição desta força policial estadual pelo III Exército poderia ter se efetuado, à custa das posições de mando dos comandantes golpistas dela e do próprio governador Meneghetti, e ao menos uma parte da mesma poderia acabar ficando sob as ordens do Gen. Ladário Pereira Telles, de Brizola e de Jango – caso este optasse pela guerra civil contra os golpistas, que teria, nestas condições, melhores condições objetivas para ser levada a cabo. De qualquer forma, as consequências de uma permanência em Porto Alegre poderiam ter sido bastante negativas para os membros do Poder Executivo estadual, bem como para os militares golpistas do III Exército e todos os apoiadores do golpe na capital gaúcha, dentre os quais os nomes fortes dos partidos liberais-conservadores presentes na cena política rio-grandense. A fuga para Passo Fundo acabou servindo, sobretudo, para “salvar a pele” do governador Meneghetti.

Concluo este trabalho com a citação de uma declaração de Ildo Meneghetti, dada em uma entrevista ao jornal *Zero Hora* em 1978, sobre seu decisivo ato de retirar-se para Passo Fundo no auge da incerteza sobre os rumos do golpe de 1964 no Rio Grande do Sul:

A pior fase da minha vida passei quando Governador. Reconheço que nessa época não fiz o que pretendia. Mas ainda hoje guardo para mim um conforto que, no meu consciente, me tranquiliza muito mais do que me intranquiliza aquilo que não consegui fazer no programa de governo. Refiro-me ao momento da Revolução de março de 64. No Estado por mim governado – pivô e palco de sérios momentos – nenhuma gota de sangue foi derramada. Fugi – e entendam como queiram minha ida para Passo Fundo – mas ganhei a compensação para todos os erros que possa ter cometido.¹⁹³

¹⁹³ MENEGHETTI aceita ajudar a ARENA, mas apresenta condições. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 fev. 1978, p. 8-9.

FONTES

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar do Sul. *Histórico do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado*. Porto Alegre, 2008.

_____. _____. _____. *Relação dos ex-comandantes da Zona Militar do Sul (ZMS), III Exército, Comando Militar do Sul (CMS)*. Disponível em: <http://www.cms.eb.mil.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2180&Itemid=130>. Acesso em: 23 out. 2010.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados – Ano LX – Nº 178*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12OUT2005.pdf#page=15>>. Acesso em: 25 out. 2010.

CANTON, Olides. Afinal, Ildo Meneghetti fugiu pra P. Fundo de que? *De Olhos e Ouvidos – Blog do Jornalista Olides Canton*. Porto Alegre, 29 out. 2009. Disponível em: <http://www.deolhoseouvidos.com.br/edi%E7%F5es/2009_09.htm>. Acesso em: 29 out. 2010.

CORREIO DO POVO. *Porto Alegre*, 10. jan – 4 abr. 1964.

DIÁRIO DA MANHÃ. Passo Fundo, 2 jan. – 31 mar. 1964.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre. 15 jan. – 5 abr. 1964.

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 1º – 4 abr. 1964.

MARCONDES, Moisés. *Moisés Marcondes (depoimento, 1991)*. Disponível em: <<http://fundetec.hd1.com.br/mois%C3%AAsmarcondes1.htm>>. Acesso em: 29 out. 2010.

MEDEIROS, Poty. *O Governo Meneghetti e a Revolução de 31 de Março*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1974.

MENEGAZ, Mário. *Apontamentos para entrevista no programa televisivo de Meirelles Duarte*. Passo Fundo, 16 jan. 2001

O NACIONAL. Passo Fundo, 2 jan. – 20 abr. 1964.

PASSO FUNDO. Câmara Municipal de Passo Fundo. *Ata da 11ª reunião plenária extraordinária da 5ª legislatura – 1º período legislativo da sessão legislativa de 1964*. Passo Fundo, 1º abr. 1964.

_____. Prefeitura Municipal. *Correspondência expedida da Prefeitura Municipal de Passo Fundo*. Passo Fundo, abr. 1964.

_____. _____. *Cidadãos que governaram o município de Passo Fundo desde sua emancipação em 28 de janeiro de 1857*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=409&a=1&pm=1>>. Acesso em: 6 out. 2010.

PINTO, Eduardo. A revolução vista do Rio Grande. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 872, 9-22 mai. 1964, p. 34-48.

RIO GRANDE DO SUL. *Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1966. v. 174, abr. 1964.

_____. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, n. 213, 1º abr. 1964.

_____. Brigada Militar. 2º Batalhão Policial. *Perpetuação Histórica*. Passo Fundo, 3 abr. 1964.

_____. _____. _____. *Relatório sobre a crise político-militar de 31 de Março*. Passo Fundo, 1964.

SOMANDO. Passo Fundo, set. 2001.

TAJES, Tito; RONEK, Antônio; CÓRIA, Nelson. A queda da segunda República de Piratini. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1964, p. 90-96.

ÚLTIMA HORA. Porto Alegre, 31 mar. – 4 abr. 1964.

ZERO HORA. Porto Alegre, 12 fev. 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Wilson. *Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: Tchê! Comunicações, 1984.

ALMEIDA, José Ernani de. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

ALVES, Daniel C. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (Orgs.). *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 137-152.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-89.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. v. 1. p. 545-547.

BATISTELLA, Alessandro. *Movimento Operário em Passo Fundo-RS (1920-1964)*. Passo Fundo: Méritos, 2008.

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 10. ed. Brasília: Editora UnB, 1997. v. 1. p. 579-581.

BENVEGNÚ, Sandra M. O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo no pós-1945. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 1. p. 277-296.

BERNSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. p. 57-98.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

CÁNEPA, Mercedes M. L. *Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARNEIRO, Glaucio. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965. v. 2.

CHAISE, Sereno; KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha: 1930 – 1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O Sistema Partidário: A Redemocratização (1945-1964). In: GERTZ, René (Dir.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos. 2007. v. 4. p. 59-82.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990.

KARNIKOWSKI, Romeu M. *Uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio do periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINS FILHO, João R. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 97-126.

OLIVEIRA, Edenir; DAL’CORTIVO, Ademir. *Câmara Municipal de Passo Fundo: 1857 a 1988*. Passo Fundo: Berthier, 1988.

PADOIN, Maria M. A “Nova História Política”. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 16, 1996, Curitiba, *Anais da XVI Reunião da SBPH*. Curitiba: SBPH, 1997.

RAGNINI, Sócrates. *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

RÉMOND, René. Do político. In: _____ (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. p. 441-450.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

TOLEDO, Caio N. de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, jul. 2004.